



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
Colegiado de Serviço Social

ODALISSA CRISTINA DE ALMEIDA

DE DELINQUENTE, IRREGULAR E INFRATOR À CIDADÃO DE DIREITOS: trajetória legal
dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

Cachoeira – BA

2017

ODALISSA CRISTINA DE ALMEIDA

DE DELINQUENTE, IRREGULAR E INFRATOR À CIDADÃO DE DIREITOS: trajetória legal dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no semestre 2016.2, enquanto pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Msc. Márcia da Silva Clemente

Cachoeira – BA

2017

NOME DA DISCENTE
Odalissa Cristina de Almeida

De delinqüente, irregular e infrator à cidadão de direitos: trajetória legal dos direitos
da criança e do adolescente no Brasil

Cachoeira – BA, aprovada em 22/02/2017

BANCA EXAMINADORA

Márcia da Silva Clemente

Prof. Msc Márcia da Silva Clemente
(Orientador – UFRB)

Tainara de Jesus Souza

Prof. Msc. Tainara de Jesus Souza
(Membro Interno – UFRB)

Jussiana Silva dos Santos Rebouças

Prof Esp. Jussiana da Silva Rebouças
(Membro Externo)

Dedico este trabalho a minha mãe, mãe solteira e guerreira, ao meu esposo Léo e filhos Guilherme e Ryan, por me completarem, nos momentos em que esmoreci, vocês se fizeram presentes, me dando forças para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

A ti Senhor rendo louvores, te agradeço senhor por me conceder o dom da vida e me permitir chegar até aqui, a trajetória foi árdua e por vezes pensei em desistir, e o Senhor meu Deus sempre me amparando e me mostrando que tinha que seguir em frente, não tenho palavras para expressar o que estou sentido, é um mix de emoção e alegria.

Dedico mãe essa vitória a você, mãe solteira e guerreira, nunca nos deixou faltar nada, saiu de casa cedo para a cidade grande para trabalhar e não teve a oportunidade de estudar, e hoje estou aqui na universidade, meu muito obrigada mãe, te amo.

A minha irmã Daiane e aos meus irmão Wagner e Daniel, estamos afastados pela distância e pertos no coração, amo vocês, aos meus sobrinho Kauã, Vinícius e Landerson que tanto amo.

Ao meu esposo Léo, que se mostrou um companheiro e parceiro, entendendo meus momentos de nervosismo por conta de um trabalho ou seminário que teria para apresentar, por minhas ausências, que por muitas vezes de alguma forma você tentou suprir com nossos filhos, sou grata a ti e agradeço à Deus por nossa família, Te amo meu amor.

A razão da minha vida, meus filhos Guilherme e Ryan, vocês me completam peço-lhes desculpas por minhas ausências e pelas vezes que não pude brincar por ter algo pra entregar no dia seguinte, é por vocês que sigo em frente superando todos os obstáculos.

A minha sogra Eliana, pela orações, pessoa que contribuiu muito para esse momento chegar e pelas vezes em que ficou com meus filhos para que eu pudesse estudar, a meu sogro Lourival, que me acolheu como filha, e não mediu esforços para me ver bem, meu muito obrigada.

A meus cunhados irmãos, por me acolherem, a Mayra e Neuza, obrigada por me ajudarem nos momentos em que precisei.

As Equipe do CREAS Raimunda Simões de Oliveira Mel, Mari, Elielma e Amarillys, obrigada por partilharem seus conhecimentos e experiência comigo. A minha orientadora Marcia Clemente pessoa incrível, paciente e amorosa, sempre me incentivando e dizendo que sou capaz, te admiro muito, só tenho a agradecer. A Tainara de Jesus e Jussiana Rebouças por aceitarem participar da minha banca.

As minhas amigas da vida e sala e do grupo do zap Trabalhos seso e Tccendo com Marcia, que por noites foram minhas companheiras, me incentivando e ajudando nessa trajetória da construção do Tcc amigas do SESO pra vida.

Meu muito obrigada a todos, poderia escrever a palavra “fim” como quando acaba um filme, mas não, esse não é o fim, é só “o começo” de várias conquista em minha vida.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso surge da vivência no campo de estágio, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Raimunda Simões de Oliveira, no qual a autora cumpriu estágio I e II. O objeto de investigação trata da afirmação histórica dos direitos à crianças e adolescentes no Brasil, bem como trata do adolescente que se encontra em cumprimento de medida socioeducativa no CREAS. Qual a visão dos profissionais do CREAS- Raimunda Simões de Oliveira sobre a proteção social à criança e adolescente no Brasil? Apresenta como objetivo geral: Analisar a trajetória legal dos direitos à Criança e Adolescente no Brasil, buscando a compreensão das terminologias, marcos históricos e do trabalho junto aos adolescentes em situação de cumprimento de medidas de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC. Propõe como objetivos específicos: Apresentar as principais discussões sobre o Serviço Social no Brasil, questão social e afirmação do direito à Criança e Adolescente; identificar os marcos legais de proteção à criança e adolescente, apresentando a execução da medida de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC no CREAS- Raimunda Simões de Oliveira; Realizar uma pesquisa qualitativa junto a equipe técnica do CREAS, utilizando do recurso para a coleta de dados a netnografia. Para o alcance dos objetivos propostos desenvolvemos o trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo deste trabalho analisaremos brevemente o surgimento do Serviço Social no Brasil, a questão social da criança no processo de industrialização, bem como a negação dos direitos à criança e adolescente no Brasil. O segundo capítulo se dispõe a analisar a trajetória legal da afirmação do direito à criança e adolescente no Brasil, bem como a influência das normativas internacionais da ONU e UNICEF na construção das legislações brasileira, abordaremos também as legislações nacionais de proteção à criança e adolescente, a política de assistência e o trabalho do CREAS no atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC. No terceiro e último capítulo analisaremos os dados do questionário aplicado a quatro profissionais da equipe técnica do CREAS, estes dados nos proporcionou uma análise crítica sobre o cumprimento das medidas socioeducativas na referida instituição. Este estudo não pretende ser exaustivo nem conclusivo, oferece reflexões importantes sobre a temática abordada.

Palavras chaves: Serviço Social, Estatuto da Criança e Adolescentes, Medidas Socioeducativas, Direitos Sociais.

ABSTRACT

The present work of conclusion of course comes from the experience in the field of internship, in the Specialized Reference Center of Social Assistance - CREAS Raimunda Simões de Oliveira, in which the author fulfilled stage I and II. The object of this research is the historical affirmation of the rights of children and adolescents in Brazil, as well as the treatment of adolescents who are in compliance with socio-educational measures in CREAS. What is the vision of CREAS-Raimunda Simões de Oliveira professionals on the social protection of children and adolescents in Brazil? It presents as a general objective: To analyze the legal trajectory of the rights to the Child and Adolescent in Brazil, seeking to understand the terminologies, historical milestones and work with adolescents in compliance with measures of Assisted Freedom - LA and Community Service Provision - PSC. Proposes as specific objectives: Present the main discussions on Social Work in Brazil, social issue and affirmation of the right to Children and Adolescents; Identify legal frameworks for child and adolescent protection, presenting the implementation of the Assisted Freedom - LA and Community Service Provision - PSC in CREAS - Raimunda Simões de Oliveira; Conduct a qualitative research with the CREAS technical team, using the resource for the data collection to netnography. In order to reach the proposed objectives we develop the work in three chapters. In the first chapter of this paper we will briefly review the emergence of Social Service in Brazil, the social issue of children in the industrialization process, as well as the denial of the rights of children and adolescents in Brazil. The second chapter sets out to analyze the legal trajectory of the affirmation of the right to children and adolescents in Brazil, as well as the influence of the international norms of the UN and UNICEF in the construction of the Brazilian legislations, we will also address the national legislations for the protection of children and adolescents, The assistance policy and the work of CREAS in assisting adolescents in compliance with measures of Assisted Freedom - LA and Community Service Delivery - PSC. In the third and last chapter we will analyze the data of the questionnaire applied to four professionals of the CREAS technical team, these data provided us with a critical analysis on the fulfillment of the socio-educational measures in that institution. This study does not pretend to be exhaustive or conclusive, it offers important reflections on the subject matter.

Keywords: Social Service, Statute of Children and Adolescents, Socio-educational Measures, Social Rights

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPS: Centro de Atenção Psicossocial
CA'S: Conselho Acadêmico de Serviço Social
CASE: Comunidades de Atendimento Socioeducativos
CBAS: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS: Centro de Estudos e Ações Sociais
CENTRO POP: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CETSS: Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social
CFESS: Conselho Federal de Serviço Social
CPMF: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAS: Centro de Referência da Assistência Social
CRESS: Conselho Regional de Serviço Social
COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL: Contribuição Social sobre o lucro líquido
CONANDA: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DA'S: Diretórios Acadêmicos das Escolas de Serviço Social
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FUNABEM: Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNDAC: Fundação da Criança e do Adolescente
FLICA: Festa Literária Internacional de Cachoeira.
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LA: Liberdade Assistida
LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social
MEC: Ministério da Educação
MP: Ministério Público da Justiça
ONG'S: Organizações não governamentais
ONU: Organização das Nações Unidas
PAEFI: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos
PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PIA: Plano Individual de Atendimento
PJ: Poder Judiciário
PNAS: Política Nacional de Assistência
PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PSC: Prestação de Serviços à Comunidade
SAE: Serviço de Assistência Especializada em HIV/AIDS
SAM: Serviço de Assistência a menores
SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SJDHDS: Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SUAS: Sistema Único de Assistência Social
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E A NEGAÇÃO DOS DIREITOS À CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL..... 13

1.1 Serviço Social no Brasil: breves considerações sobre o histórico e desafios na atualidade.....13

1.2 Questão Social, processo de industrialização no Brasil e a invisibilidade do direito à criança e adolescente.....21

CAPÍTULO 2 TRAJETÓRIA LEGAL DA AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS À CRIANÇA E ADOLESCENTE.....30

2.1 Normativas internacionais de proteção à criança e adolescente.....30

2.2 Trajetória dos direitos à criança e adolescente no Brasil: do código de menores ao ECA.....32

2.3 A política de Assistência Social e o CREAS, na execução da medida de Liberdade Assistida L.A e Prestação de Serviço à Comunidade PSC: breves considerações.....37

CAPÍTULO 3 ANÁLISE DA PESQUISA REALIZADA JUNTO A EQUIPE TÉCNICA DO CREAS- RAIMUNDA SIMOES DE OLIVEIRA.....52

3.1 Breve histórico da cidade de Cachoeira e do CREAS.....52

3.2 Percurso metodológico.....54

3.3 Tipos de pesquisa e instrumento de coleta de dados.....56

3.4 Análise dos dados da pesquisa realizada junto a equipe técnica do CREAS Raimunda Simões de Oliveira.....58

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....70

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....74

APÊNDICE.....79

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso dispõe sobre as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida LA e Prestação de Serviços à Comunidade PSC ofertadas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS Raimunda Simões de Oliveira, situado na cidade de Cachoeira –Bahia, a escolha do objeto proposto se deu através da vivência no estágio supervisionado I e II do qual realizei na instituição, está experiência me proporcionou contato com um grupos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

O contato com esse grupo de adolescente aguçou em mim a necessidade de conhecer a trajetória dos direitos da criança e adolescente no Brasil e as medidas socioeducativas como meio de responsabilização ao adolescente que cometeu ato infracional. Compreender como as medidas socioeducativas de LA e PSC são aplicadas e suas finalidades, como também saber qual a visão dos profissionais do CREAS Raimunda Simões de Oliveira sobre a proteção social as crianças e adolescente no Brasil? Configuram-se em questões de investigação deste trabalho.

No estágio II elaborei meu projeto de intervenção sob o tema: Conhecendo o trabalho do Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS: e as Medidas socioeducativas do ECA, direitos e deveres, o projeto foi elaborado para ser apresentado na Escola Estadual Antônio Joaquim Correia, localizado na Cidade de Cachoeira, mais precisamente na Comunidade de Capoeiruçu, na qual sou moradora.

Nesta comunidade existem muitas famílias em situação de pobreza que necessitam da intervenção do Estado, a comunidade possui dois postos de saúde e um Centro de Referência em Assistência Social-CRAS atendendo a comunidade e algumas adjacências. Naquele momento da realização do projeto de intervenção o que me inquietava foi por ver muitos jovens da comunidade envolvidos em práticas que futuramente podem se caracterizar como atos infracionais.

Dessa forma como estudante de serviço social e membro da referida comunidade percebi a necessidade de apresentar, no formato de palestra, as formas de responsabilização do adolescente que comete ato infracional. Nesta oportunidade reunimos um grande número de adolescentes da Escola a Antônio Joaquim Correia para debater sobre um tema que uma parte da sociedade quer esconder, e então me veio a ideia da escola, foi a apresentado a diretoria que aprovou a ideia de apresentar os direitos previsto no ECA e também os deveres, essa apresentação tinha também como objetivo criar um vínculo entre a Escola e CREAS. Esta foi uma forma de dialogar com os adolescentes sobre o tema e fortalecer ainda mais a necessidade de realizar pesquisas sobre o tema.

No primeiro capítulo deste trabalho faremos breves considerações sobre o surgimento do Serviço Social no Brasil, bem como uma breve análise da história da criança no Brasil com ênfase no processo de industrialização e a inclusão da criança no mundo do trabalho, bem como as expressões da questão social oriundas deste processo, a proposta do primeiro capítulo é apresentar a negação do direito a criança estigmatizada e classificada como desprezível de proteção, tendo a institucionalização como tratamento.

O segundo Capítulo vem apresentar a construção dos direitos da criança e do adolescente, as normativas internacionais que influenciaram as legislações brasileiras, bem como o reconhecimento da proteção indispensável a criança. O Brasil após a influência das normativas internacionais elaborou o Decreto N°17.943-A de 1927, foi a primeira estrutura de proteção ao menor no Brasil, este decreto ficou conhecido como Código de menores ou código Mello, o decreto nomeava o menor como delinquente e irregular. Em 10 de outubro de 1979 é aprovado a lei 6.697, o também código de menores que segundo seu primeiro artigo dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância a menores: I até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular; II entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei, o código denominava todas as crianças pobres e abandonadas como estando em situação irregular, após a Constituição de 88 e o ECA se aprova a doutrina da proteção integral à criança e adolescente, colocando o Estado, a família e a sociedade como responsável em garantir a proteção à criança e adolescente, após essa análise iremos apresentar as medidas socioeducativas Liberdade Assistida LA e Prestação de Serviços à Comunidade no CREAS-Raimunda Simões de Oliveira

O terceiro e último capítulo abordaremos um breve histórico da cidade de Cachoeira, conceituamos a pesquisa bibliográfica como sendo desenvolvida com base em material já elaborado livros, artigos científicos e legislações, de pesquisa documental é aquela elaborada com base em material que não recebeu tratamento analítico, será utilizado o PIA Plano Individual de Atendimento documento elaborado pelo CREAS (Gil, 2010), a pesquisa é de cunho qualitativo por permitir responder a questões muito particulares, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, tendo que ser interpretada pelo pesquisador(Gil, 2010) como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista semi-estruturada por combinar perguntas abertas e fechadas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema, dialogando sobre sua opinião e questões postas. (Minayo, 2008), para a realização da pesquisa foi utilizado o recurso da netnografia um recurso válido no campo da comunicação por permitir o contato via internet (Montardo & Rocha, (2005) apud Amaral, Natal, Viana (2008)

Logo após, realizamos uma análise das dez respostas obtidas através das entrevistas, no servimos da técnica de análise de conteúdo para a sistematização dos dados coletados. A entrevista foi realizada com 4 profissionais cujo perfil encontra-se neste capítulo.

É necessário destacar que o presente trabalho monográfico não pretende ser conclusivo, tendo em vista que apenas aponta caminhos para ampliar a discussão acerca da construção da doutrina da proteção integral, bem como apresentar as medidas de LA e PSC no CREAS-Raimunda Simões de Oliveira.

CAPÍTULO 1 SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL.

1.1 Serviço social no Brasil: breves considerações sobre o histórico e desafios na atualidade.

Neste capítulo faremos breves considerações sobre o surgimento do Serviço Social no Brasil, bem como o início do processo de industrialização e os impactos da questão social na vida das crianças.

O Serviço Social no Brasil surge a partir do interesse da burguesia em mediar os conflitos sociais, segundo Martinelli (2009) a origem do Serviço Social brasileiro está enraizado no sistema capitalista, na alienação e na contradição, respaldado na doutrina da Igreja Católica e tendo como referência o Serviço Social europeu.

A classe burguesa é detentora do poder e utiliza-se do seu capital, para explorar a força de trabalho da qual o trabalhador assalariado vende, cujo valor está relacionado a sua duração, o capitalista explora sua força gerando mais valia.

A força de trabalho equivale ao tempo necessário para a produção dos meios de subsistência indispensáveis a satisfação das necessidades básicas do trabalhador e sua família, o trabalhador troca parte de si em troca do provimento de suas necessidades básicas que é garantido através do salário (Iamamoto, Carvalho, 2009), porém este salário não corresponde ao tempo de trabalho dispensado pelo trabalhador, já que é característico da classe burguesa a exploração e a desigualdade, é neste contexto que vem a surgir o Serviço Social, decorrente das obras de caridade e da filantropia.

Com o intuito de mediar os conflitos existente entre a burguesia e o proletariado, classes totalmente antagônicas, a burguesia se alia a Igreja Católica, no intuito de criar mecanismos para administrar a classe trabalhadora para ratificar a sujeição ao trabalho, a Igreja Católica controlava todas as ações assistencialista, aliada a burguesia a igreja ampliou suas ações de assistencialismo “A reprodução das relações sociais, mediatizadas pela prática da assistência como uma importante estratégia de controle social, a reprodução ampliada do domínio de classe” (Martinelli, 2009, p. 155).

Para que a classe operária não se rebelasse, a burguesia se detinha da assistência para manter o ordenamento, uma forma de alienação, a classe menos favorecida recebe ações assistenciais, de maneira que não percebe que está sendo alienado pela burguesia.

O interesse da burguesia em calar, apaziguar e administrar a classe trabalhadora é para continuar se apropriando da sua força de trabalho, é através do Assistente Social que a burguesia consegue essa mediação de conflitos.

A Igreja Católica em 1932 cria o Centro de Estudos e Ações Sociais (CEAS), sob a organização das Cônegas de Santo Agostinho, o CEAS promoveu o primeiro Curso Intensivo de Formação Social para moças, foi o primeiro curso no Brasil com a temática formação social, sob a direção de Adéle de Lounex ¹

“O objetivo central do CEAS será de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais “visando” tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais! E adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social” (Iamamoto, Carvalho, 2009, p.169)

Após eleição em Setembro de 1932 Odilá Cintra Ferreira ²assume a direção do centro, tendo como conteúdo teórico as disciplinas de filosofia, legislação do trabalho e encíclicas, as discentes jovens católicas, algumas militantes na ação social da igreja outras não, porém todas da classe burguesa, o centro era mantido pelas mensalidades pagas pelas jovens burguesas.

Na mesma década o centro se expande e abre quatro centros operacionais, que são o ponto de partida para o desenvolvimento da prática social.

“1º- São campos de observação e de prática para a trabalhadora social, que ai completa e aplica os seus estudos teóricos.
2º- São centros de educação familiar, onde se procura estimular nas jovens operárias o amor ao lar e prepara-las para o cumprimento de seus deveres nessa missão.
3º- São núcleos de formação de elites que irão depois agir na massa operária. Com esse intuito não somente cuidamos de estimular nessas jovens uma fé viva e esclarecida, o sentimento do exato cumprimento do dever, como também despertar-lhes o espirito de apostado lado da classe pela classe, com a noção das responsabilidades que lhes incubem nesse terreno”. (Iamamoto, Carvalho, 2009, p. 171)

A expansão dos centros beneficiava a igreja e a burguesia, a Igreja porque iria difundir sua doutrina, também servindo de campo de estágio para as alunas e para a burguesia por estar disseminando ações conservadoras, repressivas e de controle.

¹ Adéle de Lounex, professora da Escola Católica de Serviço Social na Bélgica (Yazbek, 2009a)

² Odila Cintra Ferreira, formação social na Escola Normal social de Paris.

Após a expansão dos centros se formou vários profissionais a serviço da igreja e da burguesia, desenvolvendo práticas sociais com o intuito de expandir a economia burguesa, o profissional deveria administrar e racionalizar os conflitos afim de manter a produção capitalista (Martinelli, 2009).

Era necessário continuar a reprodução das relações de produção capitalista, e para isso é necessário ter uma classe operária obediente e produtora.

“(...)a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidades(...)” (Iamamoto, Carvalho, 2009, p.72)

Sendo necessário para o sistema capitalista manter a forma de exploração e de desigualdade, objetivando o lucro.

Neste período o pensamento da igreja sobre questão social difere da definição de questão social para Yamamoto, Carvalho (2009) que define: como sendo as expressões das desigualdades posta à sociedade, já a igreja vê como:

“(...) “Questão social é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual do sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalista” (Yazbek, 2001b, p. 131).

Com esse pensamento a igreja põem o indivíduo como responsável por sua situação de desigualdade e não como parte do sistema capitalista de exploração.

Em meados da década de 30 o Estado assume o papel de regulador e consegue mediar as tensões entre a classe operária e a burguesia, sendo responsável pela regulação das relações tanto na visibilidade do processo de acumulação capitalista, como no atendimento as necessidades da classe menos desfavorecida, a forma de mediação se dá traves da consolidação da lei do trabalho e da aprovação do salário mínimo. (Yazbek, 2009a; Martinelli, 2009).

“É dessa forma e objetivando sua própria legitimação que o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através de leis sindicais, sociais e trabalhista, o que, ao lado das grandes instituições assistenciais, abre para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho, que amplia suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos sociais até então implementados no âmbito privado, sob o patrocínio

do bloco católico .A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado é a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionados com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais”(Yazbek, 2009a, p. 132).

Em 1936 é inaugurada a primeira escola de Serviço Social no Brasil, localizada no estado de São Paulo, com viés conservador e baseada na doutrina católica.

“O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana processos esses aqui empreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergente-a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial- e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas”(Iamamoto, Carvalho, 2009, p. 77).

A criação da escola mesmo baseada no conservadorismo cristão alavanca o desenvolvimento da profissão e reflete o real interesse do Estado.

“(...)podemos afirmar que o Serviço social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto dos respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. (Iamamoto, Carvalho, 2009 p. 128)

A profissão passou por um processo de ruptura das práticas exercidas pela profissão desde sua criação, este movimento foi chamado de movimento de reconceituação, movimento este que reuniu profissionais de Serviço Social para revogar as práticas tradicionais e conservadoras da profissão. O movimento foi de grande importância para o Brasil que até então tinha um Serviço Social funcionalista e positivista, as primeiras expressões do processo de reconceituação foram registradas nos documentos de Araxá em 1967 e Teresópolis 1970, que propuseram o rompimento das práticas positivistas, empiristas e funcionalistas, registrando a profissão como laica, e legitimando a profissão na divisão sócio - técnica do trabalho. (Netto, 2005a)

Em 1977, grandes mobilizações foram organizadas pelas classe operária, pelo movimento estudantil, pelas pastorais e comunidades eclesiais em oposição ao governo militar e o sistema capitalista.

Em 1979, em São Paulo acontece o Congresso da Virada³ esse foi o ponto inicial para a ruptura do Serviço Social tradicionalista.

A ruptura das políticas tradicionalistas e ideológicas contribuiu para construção do projeto Ético–Político da profissão, o projeto avançou nos anos 80, mas só se consolidou em 1990 e está constante construção.

Para se compreender o que é o Projeto Ético-Político é necessário compreender o significado de projetos coletivos e projetos societários, projetos coletivos são aqueles que se relacionam com as diversas particularidades que envolvem os vários interesses sociais, esses projetos remetem ao gênero humano, vinculado aos interesses universais da sociedade e os projetos societários são aqueles que se propõem a ser transformadores ou conservadores, as características de transformadores tem a ver com as táticas e estratégias de transformação social.(Teixeira, Braz, 2009)

Os projetos societários estão relacionados aos projetos coletivos, o Projeto Ético –Político do Serviço Social tem como ponto fundante a proposta de transformação ou de conservação da ordem social, a dimensão interventiva da profissão está relacionada a transformação da sociedade, a atuação do profissional na contraditória divisão de classes será expressar uma direção social que favorecerá um ou outro projeto político.

Almeida (2016, p. 89) “expressa que a construção do que se denominou Projeto Ético-Político do Serviço Social decorre historicamente da articulação produzida entre a afirmação de um sentido de classe, que orientasse as ações profissionais em diferentes flancos, e os processos de luta e organização política dos trabalhadores em torno da crítica e superação da ordem burguesa.”

O Projeto Ético-Político do Serviço Social articula em si importantes movimentos constitutivos como a imagem ideal da profissão, os valores que legitimam, sua função e seus objetivo, conhecimento teóricos, saberes interventistas e normas práticas. (Almeida, 2016). O nosso Projeto Ético-Político profissional é explícito em seus compromissos.

“Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem

³ Como ficou conhecido o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, onde segundo Teixeira, Braz (2009) uma vanguarda de profissionais viraram uma página na história do Serviço Social Brasileiro, desfazendo a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, trocando por nomes advindo dos movimentos dos trabalhadores.

social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”⁴ (Netto, 1999 apud Teixeira, Braz, 2009, p. 190)

Os avanços da construção do Projeto Ético-Político deve-se a construção de elementos como o código de ética de 1986, o código foi a primeira tentativa de uma legitimação Ético Política do Serviço Social, onde o assistente social compromete-se com a classe trabalhadora.

O código em seu conteúdo expressava os princípios e compromissos de sua atuação do profissional baseadas na ideologia-política, mesmo associada a política ideológica o código demarcava de qual lado o Assistente Social iriam atuar.

Na mesma década de 80 se percebe vários avanços na produção teórica, trazendo a questão da metodologia, as políticas sociais e os movimentos sociais.

A consolidação do projeto Ético-Político está na década de 90, através da maturidade profissional através do surgimento e expansão dos curso de pós graduação, maturidade político organizativa através da entidades e fóruns deliberativos, o próprio CBAS foi de grande importância pois contribui para a construção de conhecimento e pela participação expressiva dos assistente sociais.

A década de 90 apresenta dois processos do projeto Ético-Político da profissão, o de continuidade de consolidação e a ameaças das políticas neoliberais⁵. O projeto se concretiza em nossas ações profissionais cotidianas, porém os elementos constitutivos que possibilitam a materialização do Projeto Ético-Político da profissão estão divididos em três dimensões. (Teixeira, Braz, 2009)

Primeira dimensão refere-se a produção de conhecimento no interior do serviço social: é a sistematização das modalidades práticas da profissão, o fazer profissional, a dimensão investigativa baseada nas tendências teóricas críticas do pensamento social.

Segunda dimensão, as políticas organizativas da profissão: o conjunto CFESS/CRESS Conselho Federal e Regionais de Serviço Social a ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e as demais associações político-profissionais, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CA's e DA's Centros e Diretórios Acadêmicos das escolas

⁴ (Netto, 1999: 104-5; grifos originais)

⁵ Todas estas políticas estão sob os marcos do neoliberalismo as bases desta política se encontra no Consenso de Wasghinton⁵ desempenhou importante papel no desenvolvimento do ideário neoliberal na América Latina, por ser composto de orientações de cunho economicista, quais sejam: disciplina fiscal; redução dos gastos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto; desregulação e direito de Propriedade⁵, que orientava esses países sobre os caminhos que deveriam adotar para atingirem eficácia fiscal que os possibilitaria, sobrepujar as dificuldades econômicas que se encontravam vivenciando.

de Serviço Social e pela ENESSO Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, fóruns deliberativos e entidades representativas são os traços do projeto que são reafirmados ou não determinados os compromissos e princípios, esses espaços pressupõe um espaço aberto e democrático.

Terceira e última, a dimensão jurídico político da profissão o aparato jurídico tem duas esferas diferenciadas, o aparato político mais abrangente que foram as constituídas e legitimadas pela profissão o Código de Ética, lei 8662/93 de regulamentação da profissão, as novas diretrizes curriculares aprovada pelo Ministério da Educação MEC e o conjunto de leis advindas das lutas que envolveram o Serviço Social, como a Constituição de 1988, dimensões diferentes, porém articuladas, de um lado leis que regulamentam a profissão e de outra leis que são instrumentos pra a atuação do profissional na viabilização do direito.(Teixeira, Braz, 2009)

A dimensão política de intervenção profissional está relacionada a transformação da sociedade, a atuação do profissional na contraditória divisão de classes expressa uma direção social que favorecerá um ou outro projeto político

A firmação do Serviço Social como profissão está integrado ao setor público e também a organizações privadas de caráter empresarial que desenvolvem atividades sociais, voltadas para a população.

A partir constituição de 1988, os profissionais de Serviço Social passam da condição de executores de políticas sociais para a posição de planejadores e gerenciadores de políticas. (Yazbek, 2009a)

“Os profissionais de Serviço Social são chamados a acompanhar as novas exigências de qualificação para uma inserção qualificada nos espaços ocupacionais, tais como: o domínio de conhecimento para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios, para leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando seus alvos e compromissos, bem como recursos disponíveis para projetar ações; domínio do processo de planejamento; competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; capacidade de negociação; assessoria e consultoria em determinadas áreas de trabalho; pesquisas, entre outras funções”(Amador, 2001, p. 351)

O Serviço Social é regulamentado como profissão liberal⁶, mesmo sendo associado como uma profissão autônoma, a única coisa que se associa a profissão autônoma é o contato direto com o cliente

⁶ Portaria 35, de 19 de Abril de 1949, do Ministério de Trabalho, Industria e Comércio enquadra o Serviço Social no 14º grupo de profissões liberais.

ou usuário, a profissão é regida por um código de ética do qual o profissional deve seguir e respeitar, levando em consideração os limites de intervenção e seu projeto ético -político.

No cenário contraditório que estamos vivenciando, onde os direitos estão sendo claramente extinguindo dando lugar as normas do regime burguês, que tendem a atingir a classe mais baixa da população, como a privatização e as leis de congelamento de investimentos em saúde, educação e assistência e outras mais, o Assistente Social necessita enfrentar muitas vezes o próprio empregador, um exemplo clássico de empregador o Estado, com intuito de viabilizar um direito que foi negado ou mesmo nunca garantido a um cidadão, grupo ou família, isso só e possível devido ao regimento do código de ética do Serviço Social.

Os Assistentes Sociais são desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem ações universais e particulares, que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública.(...) Dessa forma, a luta pela concretização do projeto profissional, nos espaços do cotidiano, é um desafio que se coloca hoje ao Assistente Social, pois exige uma análise crítica e rigorosa da realidade na qual se insere, bem como captar o que está por detrás das demandas trazidas pelos usuários ao Serviço Social. articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do exercício profissional cotidiano.(Amador, 2001 , p.353-354)

Além dos desafios encontrados na atuação profissional, o assistente social na contemporaneidade tem enfrentado a privatização da educação, fenômeno que resulta na precarização do ensino superior, mais especificamente a criação do sistema de Educação a Distância – EAD, esta nova forma de graduação vem crescendo fortemente, formando e colocando no mercado de trabalho muitos profissionais, Iamamoto (2009) ressalta que a formação EAD significa a massificação e a perda da qualidade da formação universitária, pois consegue formar na metade do tempo convencional um número expressivo de profissionais, o que muito se questiona e a qualificação desse profissional.

Um ponto relevante a se pensar é o mercado de trabalho que não consegue se desenvolver na mesma proporção a formação desses profissionais, a expansão da EAD contribuiu a para formação do exército assistencial de reserva, muitos profissionais formados sem perspectiva de trabalho, e os que estão trabalhando acabam se submetendo as normas do mercado de ordem burguesa, baixos salários e a precarização no trabalho.

O Serviço Social vem enfrentando várias lutas para a consolidação do direito, não só do direito do outro ou para o outro, mas sim para si, pois a sociedade de ordem capitalista o Assistente Social

tem sua força de trabalho explorada, como qualquer profissional assalariado, o que o diferencia é seu aparato teórico–metodológico que permite um olhar diferenciado da situação, devendo o profissional usar-se dele para assumir sua identidade e romper com os laços que os prendem ao sistema capitalista para “(...) participar coletivamente do processo de produção de novas relações sociais e de criação de alternativas peculiares de enfrentamento da relação capital – trabalho” (Martinelli, 2009, p. 159), para assim atuar no enfrentamento das várias expressões da questão social.

1.2 Questão Social, processo de industrialização no Brasil e a invisibilidade do direito à criança e adolescente.

Neste item iremos explanar sobre o processo de industrialização no Brasil, o surgimento da expressão “questão social” e suas expressões, analisando a invisibilidade do direito à criança e adolescente.

O sistema feudalista⁷ imperou por um longo período, seu sistema era baseado numa economia rural, sendo a troca um meio de relação entre o senhor e o servo, a terra era dividida em partes, os servos trabalhavam na terra e davam parte da produção para os senhores como forma de pagamento, esse sistema entrou em ruínas em meados do século XVII, dando vez ao sistema capitalista de produção, essa mudança alterava o mecanismo das relações de produção e dos processos de produção, impulsionando a formação de cidades, contribuindo para a implantação de indústrias e alavancando as relações comerciais.

É a partir do sistema capitalista que se desencadeia a divisão de classes, a classe burguesa que é a detentora do poder e dos meios de produção e a classe trabalhadora que é composta pelas pessoas da classe subalterna, que para suprir suas necessidades básicas como alimentação e moradia se submetem ao sistema capitalista de exploração, vendendo sua força de trabalho.

“Em linhas gerais, o sistema do capital em sua essência, baseia-se no trabalho assalariado, o trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalista (burguês), que por sua vez o explora garantindo o acúmulo e o lucro por meio da mais-valia, sendo a causa das desigualdades sociais. Portanto, o capitalista acumula riqueza em detrimento do aumento da pobreza do proletariado”. (Pimentel, 2009, p. 2)

⁷ A economia do feudalismo era essencialmente rural e autárquica.

Como forma de aumentar a produção objetivando o lucro a classe burguês, além de utilizar-se da mão de obra assalariada, utiliza-se também dos trabalhadores desempregados, o chamado exército industrial de reserva, afim de intensificar a produção e gerar mais lucro, a inclusão do exército industrial de reserva é vista como uma ameaça para o trabalhador assalariado que tem que trabalhar mais para não perder sua vaga na produção, a lei da mão de obra ou oferta e procura de mão de obra obriga o trabalhador a se submeter a um grau de exploração cada vez mais intenso e degradante afim de garantir suas necessidades básicas.

“Segundo o autor, a condição necessária para o crescimento do capital é o crescimento do capital variável, que é a parcela do capital que se valoriza por meio da mais-valia e garante a sua reprodução através da compra da força de trabalho. Portanto, esta força de trabalho é comprada com a finalidade de valorizar o capital através da produção de mercadorias gerando a mais-valia. Desta forma, a lei absoluta do capitalismo é a produção de mais-valia ou geração de excedente, um valor não pago pelo capitalista ao trabalhador que a produziu. Verifica-se com isso, a exploração do homem pelo homem em que o capitalista acumula riqueza e a classe trabalhadora mergulha num processo de pauperização cada vez mais crescente”. (Pimentel, 2009, p. 3)

A expressão questão social advém da contradição entre capital/trabalho, Netto (2001), tematiza sobre os cinco pontos que resultaram no surgimento da expressão “questão social”, segundo ele no século XVIII, a Inglaterra inicia o processo de implantação do fenômeno da industrialização, que com sua forma de produção e exploração intensifica o pauperismo⁸, o termo questão social só foi chamada assim na terceira década do século XIX.

Netto (2001b) “salienta que a expressão surge para dar respostas aos impactos provocados a classe subalterna pela industrialização, que generalizou a situação de pobreza. “(...) a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida (...)” (Netto, 2001b, p. 42-43)

A partir deste momento a classe trabalhadora não se conforma com a situação de exploração e desigualdade a qual foi exposta, e na primeira década do século XIX se rebela na perspectiva de destruir a ordem de exploração burguesa.

⁸ Segundo Netto (2001b), situação de extrema pobreza.

Netto (2001b) aponta um segundo ponto importante para o surgimento da expressão questão social, sendo que o pensamento da ordem burguesa é naturalizar a questão social e as expressões do chamado pauperismo, as desigualdades resultantes deste processo a ordem burguesa denomina como desdobramentos naturais do processo de produção, expressando que essa situação são “(...) características inelimináveis de toda e qualquer ordem social (...)” (Netto, 2001b, p. 44).

Opondo-se a esse pensamento de naturalização da desigualdade a explosão do movimento de 1848, fez com que a classe trabalhadora deixasse de ser “classe em si” para “classe para si”, é neste momento que a classe trabalhadora passa a entender que as expressões da questão social estão totalmente enraizadas na exploração burguesa.

O terceiro ponto de compreensão sobre o surgimento da expressão questão social é de que até no momento não se tinha compreensão teórica sobre o que é questão social e quais os fatores que a determinavam. Somente com a publicação do primeiro volume de O’ CAPITAL de Karl Marx é que se tem uma compreensão notória de que o sistema capitalista de produção produz e reproduz a questão social, que sua gênese advém da contradição capital/trabalho.

O quarto ponto afirma que a construção do welfare State “estado de bem estar social” (1945-1970), fez a questão social e suas manifestações parecerem que não remetem ao passado, somente os marxistas assimilaram que as melhorias no conjunto das condições de vida da classe trabalhadora não alterava o fundamento exploratório do capitalismo.

Na década de 70 o movimento operário alcançou significativas conquistas, uma delas foi a diminuição das taxas de lucros, em contra partida o capital impôs o regime neoliberalista, demonstrando que o compromisso social não faz parte do pensamento capitalista, a alienação na concepção de uma a “nova questão social”.

E por fim o quinto ponto de Netto (2001b) sobre questão social, Segundo ele Marx defende a tese de que não existe uma nova questão social.

“O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio- humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes a intensificação da exploração que é a sua razão de ser. O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração”. (Netto, 2001b, p.48)

A alienação com as respostas a algumas demandas da classe trabalhadora, Netto (2001b) coloca como sendo novas expressões de uma mesma questão social, resultantes do desenvolvimento constantemente da exploração burguesa, o problema apontado pelo autor é que a cada fase de desenvolvimento da exploração aparecem também novas formas de desigualdade e exploração, todas entrelaçadas a um só sistema o capitalismo.

Iamamoto (2001) vem a definir questão social como sendo o conjunto das expressões da desigualdades sociais produzidas na sociedades capitalista, em consonância com o pensamento de Netto (2001b), sua gênese advém da contradição entre capital/trabalho. (...)sendo necessária a intervenção do Estado, Yazbek (2001b) coloca que para o seu enfrentamento é necessário a estruturação e implementação de políticas sociais públicas.

A questão social expressa a desigualdade econômica, política e cultural entre as classes sociais, somente a partir da luta de classes houve a visibilidade de que questão social e suas expressões eram resultados da relação de produção capitalista, sendo necessário a colocação do Estado em cena chamando a responsabilidade, que até então propiciava a classe burguesa.

“(...) Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos”. (Iamamoto, 2001, p. 17)

A partir dessa intervenção do Estado é que o trabalho do Assistente social entra em cena, tendo como foco o enfrentamento da questão social.

“Desde 1980, é sustentado que a questão social, -indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo estado- encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social⁹. (Iamamoto, 2001, p. 27)

Yazbek(2001b) afirma que o Assistente Social mesmo encontrando desafios no enfrentamento da questão social, vem traçando caminhos significativos na construção da cultura do direito e da cidadania, considerando as políticas sociais como meios de acessar direitos constituídos por lei.

O serviço social tem como ponto inicial de sua atuação o desenvolvimento fabril, ainda que com práticas assistencialistas, sendo regulada pela igreja e estado.

⁹ Iamamoto (2001) faz referência a elas mesma em outra obra (1982) e Netto, (1992).

A implantação da indústria se inicia no Brasil no início do século XX, propiciando um desenvolvimento econômico, não se produz mais só o café, o processo industrial cresce e gera o lucro, visando aumentar esse lucro, cresce também a necessidade de mão de obra, esta necessidade de mão de obra fez com que se intensificasse o processo de migração, o aumento do consumo e a exploração da mão de obra infantil.

Na fase de desenvolvimento da produção capitalista aumentou-se o número de pessoas que migraram da zona rural para a cidade em busca de oportunidade de emprego, foi onde se deu início aos cortiços e vielas (Rizzini, 2011) com elas vinham as crianças.

No período que antecede a implantação das indústrias, a criança era concebida como componente da família, as meninas ajudavam as mães nas atividades domésticas e artesanais e os meninos no campo com o pai, Vigário (2004) apud Klein (2011) aponta que a criança era socializada, instruída e reprimida no seio da família, onde o pai é o chefe da família e determinava os papéis respeitando a cultura da época, onde para o sexo feminino destinava-se o trabalho doméstico, e para o masculino o trabalho externo, no campo a criança estaria desfrutando de ar puro e alimentação advinda das plantações familiares, não em abundância, mas o necessário para sobreviver, como aponta também Oliveira e Silvia, (2012) a criança desenvolvia atividades braçais no campo, de acordo com seu ritmo biológico e cultural, ajudando seus pais na agricultura familiar, na lida com a terra e com as atividades domésticas, esse convívio com os adultos lhe garantia a sociabilidade e conhecimento.

“(…), portanto, a entrada das crianças no mundo dos adultos significa a ocupação de lugares sociais a elas destinados, uma vez que sua socialização ocorria na família ou junto a parentes próximos, os quais, pela convivência, buscavam garantir a introjeção de costumes, valores e conhecimento, de acordo com o seu grupo social. Nessa linha de raciocínio, infere-se que há naturalização da inserção da criança no mundo do trabalho, mas não de qualquer criança, apenas da pobre”. (Aries 1981; Poster, 1979 apud Rodrigues, Lima, 2007, p.61)

A família desenvolve um papel importante neste processo, pois se torna um espelho para a criança, a naturalização do trabalho se torna algo rotineiro na vida da criança, neste sentido não se coloca o pai como chefe da família, como o responsável em suprir as necessidades da família, essa responsabilidade passa a ser dividida com a mulher e a criança.

Todas essas vivências da criança são encontradas nos modelos de família constituinte na classe baixa da sociedade, a criança da família burguesa tem outros hábitos e rotina, não sendo nenhuma associada ao trabalho, no modelo de família camponesa a criança pertencia à aldeia, não existia um afeto ou carinho somente o cuidado e o controle afim de que a criança aprendesse as atividades

laborais para que na fase adulta reproduzisse mantendo o costume da aldeia, a família aristocrática transferia responsabilidade de criar e educar os filhos para as serviçais ou outras famílias, com isto a criança não tinha um lugar específico, era manipulada pelo adulto fazendo o que lhe era ordenado inclusive o trabalho.

Na fase de desenvolvimento da produção capitalista houve a divisão social do trabalho, incluindo a categoria infantil nas tarefas mecanizadas, porque segundo Engels; (1985).173 apud Oliveira e Silva (2012) a “criança não tem força física porém tem os dedos ágeis”, possibilitando agilidade na execução de sua atividade na indústria.

Segundo Marx (1982, p.449-50) apud Klein (2011):

“(…)as máquinas simplificaram o trabalho, suprimindo o domínio de técnicas custosas de difícil e lenta aquisição, e apagaram a distinção física entre os trabalhadores. (...)Tornando-se supérflua a força muscular, a maquinaria permite emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes (p.192-193)

Com a introdução da maquinaria na indústria, o capital percebeu que seria rentável explorar a mão de obra infantil, por possuir agilidade no dedos tornando o trabalho ágil, assim como a introdução da mulher, que lhe custaria um valor baixo em relação a seu lucro, a produção cresceu, o ritmo interno da indústria foi mantido sem nenhuma alteração, os trabalhadores infantis e as mulheres tiveram que se adequar a jornada de trabalho intenso, ao ritmo de produção e ao local, que não foi alterado para receber este exército composto por crianças e mulheres.

“Os sentidos dos trabalhos são determinados historicamente pelas estruturas e conjunturas vigentes no processos de cada modo de produção. Foi no mundo moderno, com o processo de industrialização, a partir do séculos XIX, que o trabalho da criança transformou-se em questão social, enquanto fenômeno social da pobreza, a utilização dessa mão de obra passou a ser difundida em larga escala e exercida em condições perigosas, insalubres e danosas ao desenvolvimento da criança”. (Oliveira e Silva, 2012, p. 153)

A revolução industrial foi a grande responsável pela inclusão da categoria criança no mundo do trabalho, sua inclusão foi pensada em proporcionar o aumento da produção, mas o capital usava-se desse discurso ideológico que era melhor a criança estar na indústria do que perambulando pela rua, dando ao capital um status de promotor da disciplina, da ordem e da proteção contra os vícios da rua e da criminalidade. (Rodrigues, Lima, 2007)

A burguesia reproduzia um pensamento moralista da qual a criança pobre que não estivesse servindo ao capital seria delinquente e propícia a marginalização¹⁰, sua presença poluía a cidade visualmente. A criança sendo invisível para a sociedade, sua única utilidade era trabalhar na indústria, que até então não a diferenciava de um adulto.

Com o grande número de crianças perambulando pelas ruas, a burguesia passou a pensar meios e formas de intervenção para essa faixa populacional, meios de excluí-las das ruas e reeducá-las como forma de higienização.

Porque essas crianças iriam crescer e se tornar adultos.

“A criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação; como “chave para o futuro” um ser em formação - “dúctil e moldável” -que tanto pode ser transformado em “homem de bem” (elemento útil para o progresso da nação) ou num “degenerado” (um vicioso inútil e pesar nos cofres públicos). (Rizzini, 2011, p. 24)

Com o interesse de higienizar a cidade, a burguesia tinha a noção de que “(...) para se ter como moldar a criança com o propósito de civilizar o país era preciso primeiro poder concebê-la como passível de periculosidade.” (Rizzini, 2011, p. 88), assim para enquadrar a criança nas normas da sociedade e se tornar pessoas aptas ao trabalho que era o interesse da indústria capitalista era necessário primeiro vê-la com ser influenciável e passível de desvio de conduta.

Segundo Rizzini, (2011) havia duas formas de se identificar reflexos da natureza pueril da crianças que poderiam indicar um possível desvio de conduta: a de discernimento e a de detectar traços e inclinações patológicas.

A de discernimento era que com base no código criminal de 1830 no Brasil seriam punidos menores que tivessem idade entre nove e quatorze anos, que soubesse da gravidade do ato cometido e a outra noção de reflexo da natureza pueril era detectar na infância traços que iriam determinar se a criança na fase adulta iria ter comportamento fora da conduta padrão da época (Rizzini, 2011).

¹⁰ Faleiros (2005) define como afastamento progressivo do processo normal de desenvolvimento.

Assim para identificar esses dois reflexos na criança, a família recebia a visita de técnicos sociais¹¹ onde se realizava uma inspeção para avaliar a capacidade moral da família em educar a criança.

“Uma das características da atuação técnica neste setor foi sempre remeter a irregularidade jurídica da criança a uma suposta família desestruturada. Ao fazê-lo, os técnicos pensavam as famílias populares a partir do modelo de família burguesa (está tomada como norma). Aquilo que se torna visível, pela atuação técnica, como “desestruturação”, era, na maioria das vezes, a condição mesma de existência e sobrevivência das famílias pobres no Brasil.” (Arantes, 2004, p. 163)

A situação de pobreza caracterizava a família como estando em situação irregular¹², a família pobre, que não apresentasse características de imoralidade e perversão recebia acompanhamento de um médico higienista, para receber instruções de como educar a criança para não desviar a conduta quando completar a fase adulta, já a família que fosse pervertida perdia o direito sobre a criança, que passava a ser responsabilidade do Estado, que até então a responsabilidade pela criança era da família e da igreja.

O Estado por sua vez criou instituições de regime fechado onde amontoavas as crianças abandonadas, delinquentes e que foram afastadas de suas famílias por carência ou desvio de conduta, o desvio de conduta era tratado como um problema moral e psíquico, para tratar disso o Estado impunha a institucionalização repressora, trabalhavam nestas instituições juristas, penitenciários, médicos psicólogos, psiquiatra e pedagogos, aplicando medidas que em seu entendimento seriam para recuperar, educar, reabilitar e ensinar-lhes a trabalhar no intuito torná-las úteis para a sociedade capitalista.

“Para os menores moralmente abandonados (não viciosos ou pervertidos) eram indicados as “escolas de prevenção ou preservação” (...) “Patronatos agrícolas” destinados aos “menores abandonados” e a “mocidade desaparelhada” visando a “educação moral, cívica física(sic)¹³ e profissional dos menores desvalidos(...). Para menores delinquentes ,prescrevia a “Escola de reforma”,(...)melhorar o caráter dos menores viciosos ou pervertidos, delinquentes ou não, pela educação e pelo trabalho” (Rizzini, 2011, p. 138 -139)

¹¹ Segundo Martinelli (2009), técnicos sociais eram os profissionais que realizavam as práticas sociais.

¹² Para Faleiros (2005) Situação irregular compreendia-se a privação das condições de subsistência, de saúde e de instrução, por omissão dos pais ou responsáveis, além da situação de maus-tratos e castigo de perigo moral, de falta de assistência legal, de desvio de conduta por desadaptação familiar ou comunitária, e de autoria de infração penal.

¹³ Vem do latim= assim, indica que no texto original está escrito desta forma.

Já para as crianças da classe dominante era destinado a educação formal, a faculdade de direito, o curso de medicina, aulas de piano e de boas maneiras, Faleiros (2005) é notório que a criança burguesa e a criança pobre segue vertentes de desenvolvimento diferentes.

CAPÍTULO 2 Trajetória legal da afirmação dos direitos à criança e adolescente.

2.1 Normativas internacionais de proteção à criança e adolescente.

Neste item, faremos breves considerações sobre as normativas internacionais e sua influência na construção das legislações brasileira de proteção à criança e adolescente, tomamos como base para a construção os estudos de Marcilio (1998); Lemos (2016) e Volpi (2015).

A elaboração de legislações brasileira específica para a criança e adolescente foi influenciada pelas normativas internacionais, que tem o objetivo de garantir uma doutrina de proteção integral, reafirmando a criança e adolescente como ser passível de proteção.

Porém até chegar a uma legislação que afirme a proteção integral, o Brasil constituiu duas legislações que estigmatizavam as crianças, no item 2.2 faremos breves considerações sobre as legislações que se propuseram a garantia, proteção e repressão.

Um manifesto de direitos infante juvenis ocorreu em 1919 quando foi criado o Comitê de Proteção à Infância, consolidando o direito internacional as obrigações coletivas relativas as crianças.

Um das contribuições internacionais que deram visibilidade a criança foi a Declaração de Genebra sobre os direitos à criança elaborada em 1924, a normativa tratava dos direitos das crianças, contendo apenas quatro itens:

"1. A criança tem o direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente; 2. A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos; 3. A criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo tipo de exploração; 4. A criança deve ser educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos." (Marcilio, 1998)

Seu conteúdo era explicitamente preconceituoso, porém explicitava existir a categoria criança, onde a proposta foi reavivada e reorganizada em 1959 com a Declaração dos Direitos à Criança, e mais tarde aprimorada com as Regras de Beijing¹⁴ 1985, Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade Regras de Tóquio, as "Diretrizes

¹⁴ A normativa refere-se ao tratamento destinado ao adolescente em situação de ato infracional, demonstrando a forma como será aplicada a medida de responsabilização pelo ato cometido, que deve levar em consideração a garantia, proteção e os direitos do adolescente.

de Riad"¹⁵, para prevenção da delinquência juvenil juntamente a Convenção sobre os Direitos da Criança¹⁶

A Organização das Nações Unidas-ONU foi o órgão internacional que enfatizou a necessidade de se intensificar a promoção de ações voltada à criança, sua primeira iniciativa foi a criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância -UNICEF em 1946, tinha como objetivo dar assistência na alimentação das crianças órfãos em consequência da guerra, em seguida suas ações se expandiram e a UNICEF passou a contribuir também auxiliando as crianças e suas famílias a ter acesso a saúde, educação e serviços socioassistenciais.

A UNICEF vem trabalhando a importância de colocar em prática o complexo tutelar que é através do trabalho em rede com outros países, instituições, bancos, grupos, empresas, universidade e Organizações não governamentais -ONG'S articular ações em defesa proteção dos direitos da criança e adolescente.

Seu propósito é:

“Esta agência articula-se com saberes e práticas que são justificados pela promoção do bem comum por meio do desenvolvimento econômico e social, materializados em projetos, programas e prescrições de condutas relacionadas a tais metas e objetivos criados em conjunto por grupos que participam de comitês da ONU E UNICEF.” (Lemos, 2016, p. 59)

A UNICEF age na relação entre a norma e a lei, colocando que é necessário uma articulação entre os países e entidades para propor ações em que venham a garantir o direito, proteção e assistência as crianças e adolescentes. A ONU promoveu em 1959 a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança que propunha um conjunto de direitos: civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

¹⁵ Normativa tem como objetivo a prevenção da delinquência juvenil, contribuindo para implantação de políticas de enfrentamento a delinquência e que favoreçam o processo de socialização, ações que devem ser aplicadas desde a 1 infância, a família, a comunidade, a escola, comunidade e a sociedade como um todo tem a responsabilidade sobre a formação da criança, e deveram criar uma rede para propor ações que venham a suprir as mais diversas necessidades do jovem para que não venha a cometer atos infracionais (Volpi 1997; ONU, 2015).

¹⁶ DECRETO Nº 99.710, DE 21 de Novembro de 1990.

“Tendo em conta que a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial foi enunciada na Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança e na Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (em particular nos Artigos 23 e 24), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (em particular no Artigo 10) e nos estatutos e instrumentos pertinentes das Agências Especializadas e das organizações internacionais que se interessam pelo bem-estar da criança.

O Brasil ratificou em 1989 os artigos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, porém já trazia na constituição de 1988 os artigos 227, 228 e 229 que seguiam a mesma doutrina da Declaração de Direitos da Criança de 1959. art. 227 da constituição de 1988:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010 (Constituição, 1988).

O Brasil com suas legislações antecedentes ao Estatuto da Criança e Adolescente, não visualizava à criança como cidadão de direitos, após firmar acordos com órgãos internacionais como a ONU, viu-se avançar e surgir ações voltadas à garantia de direitos à criança e adolescente, que necessitam serem efetivadas.

2.2 Trajetória dos direitos à criança e adolescente no Brasil: do código de menores ao ECA.

Neste item iremos apresentar uma análise sobre as legislações brasileiras e suas normas repressivas de controle sobre à criança e adolescente em situação irregular, apontando a construção da Doutrina da Proteção Integral.

Frota(2007) apud Fontes (2005, p. 88) relata que “é importante ressaltar que a história da infância no Brasil se confunde com a história do preconceito, da exploração e do abandono, pois desde o início, houve diferenciação entre as crianças, segundo sua classe social, com direitos e lugares diversos no tecido social”.

Assim também se formulou as legislações para à criança, baseada na divisão de classes, na repressão como forma de tratamento, a Constituição de 1988 e o ECA vem estabelecer a Doutrina da Proteção Integral para todas as crianças e adolescentes, uma proteção que se propõe a ser de caráter universal, independente a classe social, raça ou religião.

Esses fatores de igualdade e liberdade não fizeram parte das primeiras legislações estabelecidas para criança e adolescente, em 12 de Outubro de 1927 foi aprovado o Decreto N°17.943-A, foi estabelecido como a primeira estrutura de proteção ao menor no Brasil. Este decreto ficou conhecido como Código de menores ou código Mello Mattos, foi chamado de código de

menores por ser voltado para a criança, que recebia a nomenclatura de “menor” e código Mello Mattos em homenagem ao Juiz Mello Matos fundador do juizado de menores em 1923 e 1º Juiz da América Latina a atender criança.

O código de menores foi estabelecido em uma época culturalmente autoritária, seus princípios eram a repressão e higienização. Para o contexto da época foi tido como legislação protetora, segundo ele “Consolida as leis de assistência e Protecção (sic passim)¹⁷ a menores” (Brasil, 1927). Em seu primeiro artigos já especificava seu objetivo e público alvo, “art.1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que estiver menos de 18 annos(sic) de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e protecção contidas neste Código”. (Brasil, 1927).

A crítica central ao decreto era aos termos “delinquente e irregular”, o código colocava os abandonados, vadios, libertinos, como estando em situação irregular, não diferenciava o menor infrator, que mesmo sendo pobre cometeu de fato o ato infracional, do menor que não cometeu ato infracional mas é vítima da pobreza e abandono, essa associação do menor a situação irregular a todos os menores pobres são expressões da desigualdade que está enraizada no sistema capitalista.

Mesmo não distinguido os adolescentes o código traz as definições das situações que acarretavam estar em situação irregular. Segundo o código de 1927 menores abandonados são aqueles que não tem habitação fixa, pais falecidos e/ou pais impossibilitados ou incapazes de cumprir seu papel. Menores que se encontrem em vadiagem, mendicidade, libertinagem, também segundo o código estão em situação irregular, menores vadios são aqueles que morando com os pais não aceitam receber regras e vivem vagando pelas ruas, são considerados libertinos menores que praticam atos obscenos em vias públicas que vivem ou frequentam locais de prostituição.

Segundo o Art.º68 do código de menores de 1927 delinquente é:

“O menor de 14 annos, indigitado autor ou cúmplice de facto qualificado crime ou contravenção, não será submetido a processo penal de, espécie alguma; a autoridade competente tomará somente as informações precisas, registrando-as, sobre o facto punível e seus agentes, o estado physico (sic), mental e moral do menor, e a situação social, moral e econômica dos paes (sic) ou tutor ou pessoa em cujo guarda viva” (Brasil, 1927).

Como forma de tratar o menor delinquente e abandonado o Estado impusera a institucionalização como meio de manter o controle social, como afirma Arantes (2004) e o capítulo VII do código estabelece como será a medida a ser tomada ao menor autor ou cúmplice de facto qualificado:

¹⁷ Significa “assim mesmo em todo lugar” indica que no texto original está escrito desta forma.

Em caso de abandono, perda de guarda ou tutela o menor é enviado para instituição, os chamados asilos de caráter reformador e ditador, longe de ser um sistema educativo e de ressocialização.

No caso do menor que cometesse atos infracionais o julgamento era feito pelo juizado de menores da seguinte maneira:

O menor que tiver idade inferior a quatorze anos, fosse abandonado e pervertido a autoridade o colocaria em asilo ou escola de reforma, até que complete vinte e um anos de idade, se o menor não for abandonado e nem pervertido seria entregue aos pais ou tutor responsável que poderia receber a penalidade de reparar o dano e assumir responsabilidade sobre o menor.

O menor maior de quatorze anos e menor de dezoito anos, não sendo abandonado será encaminhado para a escola de reforma por até cinco anos, exceto se sofrer de algum transtorno mental, neste caso o menor é encaminhado para tratamento.

Se for abandonado ou pervertido a autoridade competente o encaminhara para uma escola de reforma para internação com tempo que pode variar de três a sete anos.

Se o adolescente for maior de dezesseis anos e menor de dezoito e for provado que é um indivíduo perigoso à autoridade competente ira determinar a pena e encaminha-lo para uma casa de menores, caso a cidade não tenha será encaminhado para um presídio comum, porém separado dos adultos.

O código se propunha ser um código de proteção e assistência porém seu conteúdo é discriminatório, repressor e excludente, sendo aplicado a camada mais pobre da sociedade. O código visava apenas o controle e não a reinserção social do menor, já que suas ações de tratamento e cura os colocava como portadores de uma patologia social que tornava insustentável sua presença no convívio social. (Volpi, 2015)

Com a propósito de assistência ao menor em 1941 foi criado o Serviço de Assistência a Menores -SAM um órgão do Ministério Público da Justiça- MP que atuava na forma de orientação correcional-repressiva sob os menores ali internados, sua finalidade atender aos delinquentes e abandonados, porém o SAM foi alvo de muitas críticas.

“Em termos rudes, a realidade é que o SAM entrega mais de uma dezena de milhares de menores por ano a terceiros, para que cuidem de sua vida e educação, sem a mínima garantia jurídica de que lhes seja dispensado um trato razoavelmente humano” (Nogueira Filho:1956, p.264 apud Rizzini, Irma Rizzini, p.34)

O SAM como estabelecimento de internamento foi considerada uma escola do crime, por amontoar menores sem propósito de ressocialização.

“(…)SAM, a finalidade de assistir aos “autênticos desvalidos, ou seja, aqueles sem responsáveis por suas vidas, foi desvirtuada sendo o órgão tomado pelas relações clientelistas, pelo uso privativo de uma instituição pública.” (Rizzini, Irma Rizzini, 2004, p. 34)

Com todas as ações de exclusão ao menor o código provou ser deficiente ao tratar o menor infrator como pessoa que necessita estar fora do convívio da sociedade sem propor ações e medidas de ressocialização.

Após cinquenta e dois anos desde a aprovação do código de 1927, em 10 de outubro de 1979 lei 6.697 institui o código de menores, o também código de menores que segundo seu primeiro artigo dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância a menores: I até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular; II entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.

O código foi fundado na doutrina da situação irregular do menor, que via como forma de atendimento a institucionalização, assim como no código de 1927, segundo Roberti Junior (2012) o código era voltado para assistência, proteção e vigilância do menor irregular sendo alvo de crítica por não abarcar todos os menores e também pelas formas repressivas de cumprir penas que tinha como objetivo o controle social.

O código de menores de 1979, não denomina o menor como abandonado e delinquente, porém continua se utilizando do termo “situação irregular”.

O código de menores de 1927 se tratando de menor infrator tinha a institucionalização e a medida de liberdade assistida como forma de atendimento, o código de menores de 1979 inclui em seu texto a medida de colocação em casa de semiliberdade, que é uma forma de transição para o meio semiaberto, porém é necessário a escolarização e profissionalização do menor.

Neste código a internação só seria determinada se fosse inviável a aplicação de outras medidas, diferente do código de 1927 que menor delinquente e abandonado era internado em asilos, neste código as instituições são organizadas pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)¹⁸, que substituiu o SAM.

¹⁸ A Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964 Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. (Brasil, 1979)

O seu objetivo:

“A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tem como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política” (Rizzini, Irma Rizzini, 2004, p. 37).

Tanto o código de menores de 1927 quanto o de 1979 impunham uma doutrina de situação irregular que segundo Volpi (2015):

“Aceitava reclusões despidas de todas as garantias que uma medida de tal natureza deve necessariamente incluir e que implicava na verdadeira privação de liberdade” as legislações foram elaboradas não para atender um adolescente que infringiu uma lei e sim para um delinquente que tem como castigos a internação excluindo-o de ser um sujeito de direitos” (Volpi, 2015, p.18)

A Constituição de 1988 foi de grande influência para a criação do ECA, pois ela determina a proteção integral à criança e adolescente baseada nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, propondo a reforma conceitual substituindo a situação irregular para proteção integral.

Já em 13 de Julho de 1990 é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente diferente das outras duas leis o ECA faz a distinção de idade entre criança e adolescente, considera-se criança pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente pessoa de doze até dezoito anos de idade.

O ECA integrou o processo de reconhecimento da criança como ser humano na condição de vulnerabilidade, que requer a proteção da família, da sociedade e do Estado, sendo ele o responsável em ofertar políticas públicas e sociais na promoção e defesa dos direitos à criança e adolescente.

Mesmo com tantas lutas para se aprovar uma legislação que tem como proposta a proteção integral à criança e ao adolescente ainda assim surgem propostas de retrocessos como a proposta de redução da maioridade penal com rotulação ao menor sob a alegação de que não se dá direitos humanos “a quem não é humano” (Arantes, 2004). Essa perspectiva de redução ganha aliados através da mídia, ela é a grande responsável em reproduzir sobre a imputabilidade do adolescente frente ao ato infracional cometido, omitindo sobre a responsabilização, esquecendo que acima de tudo o adolescente é um ser humano que respaldado na legislação irá ser responsabilizado pelo seu ato, de acordo com o que estabelece o ECA sobre medidas socioeducativas. Retroceder é esquecer o que propõe o art. 227 da constituição de 88, é preciso lembrar que a questão da criança no Brasil não é uma questão médica ou policial, tanto a Constituição de 88 como o ECA vem garantir o exercício da cidadania.

E como afirma Faleiros (2005):

“A implementação do ECA se consolida por meio da criação de um sistema de garantia de direitos que compreende conselhos, promotorias, varas de infância, defensorias, delegacias, SOS e núcleos de assistências e atendimento.” (Faleiros, 2005, p.174)

Toda criança e adolescente é um cidadão de direitos, e tem direito a vida, saúde, educação, esporte, lazer, cultura. Segundo Rizzini (2011) a criação do ECA representou avanços e conquistas para às crianças e adolescentes, tornando-os cidadão de direitos e se diferenciou das outras duas leis por fazer com que o jovem seja responsabilizado pelo ato infracional cometido de maneira diferenciada não através de penalidades repressivas mas sim por medidas socioeducativas.

2.3 A Política de Assistência Social e o CREAS, na execução da medida de Liberdade Assistida- LA e Prestação de Serviços à Comunidade- PSC.

Neste item faremos breves considerações sobre a Política de Assistência Social, como uma política pública não contributiva, sendo de direito do cidadão e dever do Estado em oferta- lá, inclusa no âmbito da Seguridade Social, junto com a saúde e previdência compõe o tripé da Seguridade Social. É regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social LOAS(1993) que mais tarde foi alterada para a lei nº12.435, de 6 de Julho de 2011, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social- SUAS um modelo descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

A partir da Constituição Federal de 1988 o Brasil passa a ter uma perspectiva inovadora de organizar o acesso aos direitos da previdência, saúde e assistência. “A introdução da Seguridade Social na carta magna de 1988, significou um dos mais importantes avanços na política social brasileira, com a possibilidade de estruturação tardia de um sistema amplo de proteção social” (Behring, Boschetti, 2011, p.156).

A Seguridade social compreende um conjunto integrado de ações e iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e a assistência social. (Brasil, 1988).

Sua operacionalização dever ser baseada nos seguintes objetivos: universalidade, uniformidade e equivalência, seletividade e distributividade, irredutibilidade, equidade, diversidade e caráter democrático e descentralizado.

Behring, Boschetti (2011, p.157) descrevem que “O princípio da universalidade da cobertura proposto não tem a pretensão de garantir direitos iguais a todos os cidadãos” porém a política de saúde se assegura como direito universal de todos os cidadãos, a assistência¹⁹ se estabelece como uma política que se propõe a atender a quem dela necessitar e o acesso aos benefícios da previdência se consolida mediante contribuição anterior, uma espécie de seguro.

A uniformidade e equivalência estabelece que os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos serão iguais sem discriminação por localidade, porém tendo a contribuição como condicionalidade para ambos trabalhadores. A seletividade e distributividade no atendimento é a possibilidade de selecionar de uma forma positivas os beneficiários no campo da assistência. A irredutibilidade determina que nenhum benefício será inferior a um salário mínimo. A equidade está relacionada a contribuição de acordo com o poder aquisitivo ou renda. A diversidade e a arrecadação de recurso vinda de várias fontes e por fim o caráter democrático e descentralizado e a gestão compartilhada entre governo, trabalhadores e prestadores serviços, de modo que os cidadãos participem das tomadas de decisão. (Behring, Boschetti, 2011)

Segundo o art. 195 da Constituição de 1988 ressalta que “A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: a CPMF- Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, incide sobre as movimentações bancárias dos contribuintes. Esta arrecadação é destinada para investimentos na área da saúde pública; COFINS- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, aplicada sobre o valor bruto apresentado por uma empresa; CSLL-Contribuição Social sobre o lucro líquido é uma contribuição criada pela Lei 7.689/1988 para que todas as Pessoas Jurídicas (PJ) e as equiparadas pela legislação do Imposto de Renda (IR) possam apoiar financeiramente a Seguridade Social; CETSS- Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, fonte de financiamento exclusivo da previdência;(Alencar Junior e Salvador, 2015)

Essas contribuições são chamadas de fundos públicos, onde o Estado é responsável pela arrecadação e distribuição desses recurso.

¹⁹ O benefício de salário mínimo para o idoso e pessoa com deficiência o BPC está associado a incapacidade para o trabalho. (Behring, Boschetti, 2011)

“O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio das empresas públicas, pelo uso das suas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público. Uma das principais formas da realização do fundo público é por meio da extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida, (...)é parte do trabalho excedente que se transformou em lucro, juro ou renda da terra, sendo apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções”. (Alencar Junior e Salvador, 2015, p.7)

O Estado é responsável pela arrecadações dos recursos para a aplicação nas políticas públicas, e através do orçamento público que se decide e se avalia as prioridades de investimento. A criação do fundo público está vinculada ao cunho político, e em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.

“O fundo público passou a assumir cada vez mais importância no capitalismo contemporâneo e está presente na reprodução do capital e da força de trabalho, conforme, das seguintes maneiras:²⁰ a) como fonte importante para a realização do investimento capitalista, por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais e pela redução da base tributária da renda do capital; b) viabilizando a reprodução da força de trabalho, por meio de salários indiretos, reduzindo custo do capitalista na sua aquisição; c) assegurando recursos orçamentários para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas; e, d) transferindo recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial para a classe dos rentistas”.(Alencar Junior, Salvador, 2015, p.7)

O fundo público é um instrumento de arrecadação de recursos financeiros, fundamental para o desenvolvimento das relações de produção capitalista.

O enfoque deste trabalho será a política de Assistência Social, que se apresenta como uma política pública não contributiva, sendo umas das bases do tripé da Seguridade Social que é composta pela Assistência, Previdência e Saúde, já foi dito anteriormente como cada política é financiada, o Estado é o responsável por sua oferta, através de um conjunto de iniciativas públicas bem como da sociedade, objetiva-se garantir atendimento as necessidades básicas dos cidadãos que se encontrem em situação de vulnerabilidade²¹ e riscos. (PNAS, 2004).

²⁰ Alencar Junior, Salvador (2015) faz referência ao texto de Salvador (2010).

²¹ A vulnerabilidade social materializa-se nas situações que desencadeiam ou podem desencadear processos de exclusão social de famílias e indivíduos que vivenciem contexto de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos) e/ ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras (PNAS, 2004).

Seu público alvo são:

“(...)famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclo de vida; identidade estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência , exclusão pela pobreza e, ou no acesso as demais políticas públicas; uso de substancias psicoativas, diferente formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado formal de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social”. (PNAS, 2004, p. 27)

A política de Assistência Social vincula-se à proteção social e “deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (PNAS, 2004, p.25).

Baseada na PNAS(2004) entende-se por segurança de rendimentos a garantia de uma forma monetária de garantir a sobrevivência independente de suas limitações para o trabalho, exemplo: Programas de transferência de renda. Já a segurança na acolhida é uma parte importante da política de Assistência Social que tem como objetivo garantir condições básicas de sobrevivência tais como: o direito à alimentação, vestuário e abrigo. E por fim a segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio que está relacionada a não aceitação de situação de reclusão e perda das relações. (PNAS, 2004)

Em consonância com o disposto na Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4, a Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

“I-Supremacia do atendimento as necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
 II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
 III- Respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e a seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
 IV- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência as populações urbanas e rurais.
 V-Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder Público e dos critérios para sua concessão”. (BRASIL, 1993)

As políticas de Assistência e as políticas setoriais devem estar integradas para superar as desigualdades setoriais, para assim ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem, ampliar o acesso

a bens e serviços socioassistencias em todas as áreas, tanto urbana como rural visando a equidade no atendimento.

Dentre os serviços ofertados pela Assistência estão o serviço de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica²² é ofertada pelo Centro de Referência da Assistência Social –CRAS é uma unidade pública Estatal que atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, através de orientação e ações, tem como objetivo desenvolver potencialidades e fortalecer o convívio sócio- familiar e comunitário, visando prevenir situações de vulnerabilidade e risco, o CRAS deve estar localizado em áreas de vulnerabilidade social podendo abranger um total de até mil famílias. (PNAS, 2004)

A Proteção Social Especial de Média Complexidade²³ é ofertada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS²⁴ é uma unidade pública estatal de abrangência municipal, que tem como referência a oferta de atendimento especializado a famílias e ou indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos. (PNAS, 2004)

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade²⁵ e ofertado por Centros Pop, casa Lar e outros que garantam a proteção integral, moradia, alimentação e higienização para famílias ou indivíduos que se encontrem sem referência ou em situação de ameaça, tendo a necessidade se ser afastado do convívio familiar e ou comunitário. (PNAS, 2004)

Segundo dados do IBGE²⁶ a cidade de Cachoeira possui cerca de 32.026 habitantes, tendo capacidade uma unidade do CREAS de pequeno Porte II²⁷.O município atendendo ao artigo 8º²⁸ da LOAS(1993) inaugura em 19/06/2012 sua unidade do CREAS, sob o nome de CREAS- Raimunda Simões de Oliveira, fica localizado na rua: Augusto Púbio, s/n, Bairro: Caquende, na cidade:

²² 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Resolução Nº 109, de 11 De Novembro de 2009, p. 6)

²³ 1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. “(Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução Nº 109, DE 11 de Novembro de 2009, p. 6)

²⁴ O CREAS da cidade de Cachoeira será o local onde será aplicado o questionário.

²⁵ Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. “(Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009, p.5 - 6)

²⁶IBGE população de Cachoeira Bahia disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=290490>.

²⁷ CREAS de Pequeno Porte II, De 20.001 a 50.000 mil habitantes.

²⁸Artigos 8ºLOAS-A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidos nesta lei, fixarão suas respectivas Políticas de Assistência Social.

Cachoeira estado: Bahia, Telefone: 75-3425-5741, sendo caracterizado como CREAS de porte II, atendendo a famílias e ou indivíduos que tiveram seus direitos violados.

Tendo como finalidades ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e ou indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos, conforme dispõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais²⁹, promover a acolhida e acompanhamento de forma sigilosa e através do trabalho em rede viabilizar meios para que as famílias e ou indivíduo supere a situação de risco, alcançando a autonomia e liberdade (Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 2011)

A equipe profissional do CREAS Raimunda Simões de Oliveira é composta por uma coordenadora formada em Serviço Social, uma assistente Social, uma advogada, uma psicóloga, um técnico em abordagem, um auxiliar de serviços gerais.

A equipe técnica do CREAS deve desenvolver um trabalho interdisciplinar, pois possibilita a participação compartilhamento de conhecimento e informações, objetivando qualificar as ações desenvolvidas no CREAS, a troca de conhecimento permite contribuir para as atuação em uma demanda complexa que é posta diariamente.

A atuação do Assistente Social na instituição, é de suma importância não desmerecendo os outros profissionais, o assistente social tem a função de elaborar, fiscalizar e implementar ações de enfrentamento as diversas situações de vulnerabilidade e violência a qual os demandatarios foram expostos. Assim através da articulação em rede, permitir que os demandatarios acessem os serviço de saúde, educação, bem como os benefícios sociais.

A prática do Assistente Social é pautada na efetivação do que está garantido na lei, o profissional utiliza os principais instrumentais visita domiciliar, estudo de caso e encaminhamentos, bem como a elaboração de relatório e pareceres são rotinas diárias da profissão.

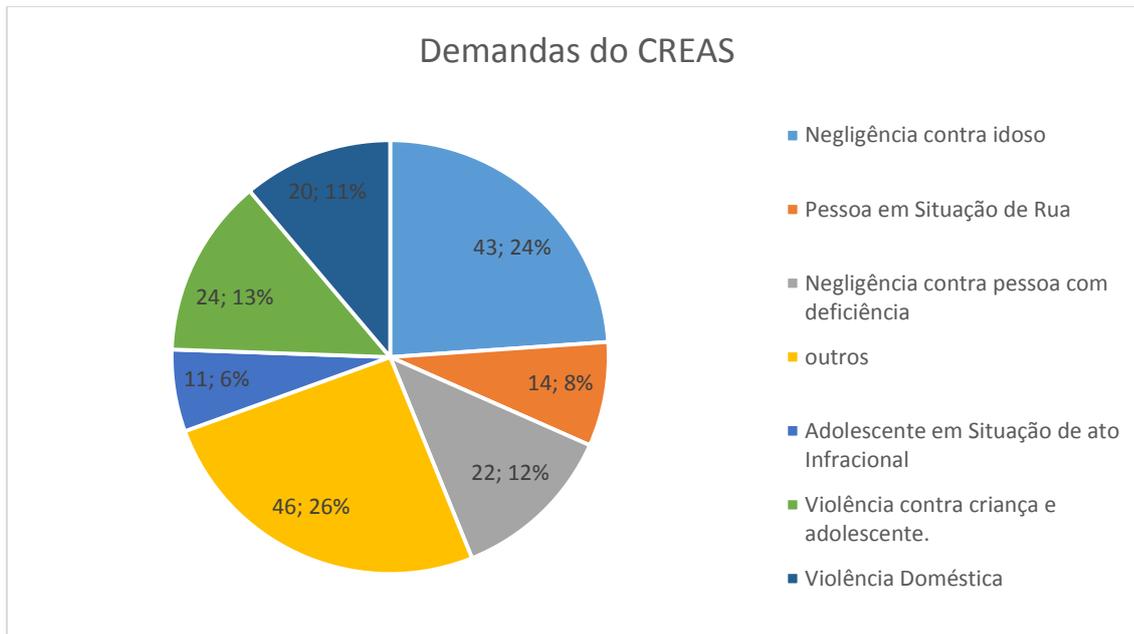
Segundo o Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, (2011), o CREAS de pequeno porte II tem recursos físicos e humanos para atender a 50 famílias, porém o CREAS de Cachoeira de 2013 a 2015 atendeu a duzentos e dois ³⁰casos, sendo oitenta prontuários ativos, noventa e nove fichas de acolhimento ³¹e vinte e três prontuários encerrados.

²⁹ Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução Nº 109, DE 11 de Novembro de 2009.

³⁰ Dados fornecidos pelo CREAS.

³¹ Fichas de acolhimentos são atendimentos feitos pela equipe ou por um dos profissionais que em alguns casos não são demandas do equipamentos, para avaliar essas fichas é feito o estudo de caso, o estudo de caso é um importante instrumento de trabalho, permiti um diálogo entre a equipe afim de decidir as medidas a serem tomadas.

Gráfico 1.



Fonte: Dados fornecidos pelo CREAS.

O gráfico representa a demanda atendida pelo CREAS no período de 2013 a 2015. No que se refere a negligência contra idoso foram atendidos quarenta e três casos entre violência física³², psicológica³³ e patrimonial³⁴ contra idoso, pessoa em situação de rua foram atendidas quatorze pessoas, negligência contra pessoa com deficiência, foram atendidos vinte e dois casos entre violência física, psicológica e patrimonial. A demanda Outros, significa demanda de outro equipamento, CRAS, Conselho Tutelar ou outros órgãos de defesa e garantia dos direitos, onde foram atendida quarenta e seis casos e encaminhados para seus respectivos equipamentos, adolescente em situação de ato infracional onze adolescentes. Em 2016 foram encaminhados mais dois adolescente totalizando treze³⁵, porém esses dois não estão na somatório do gráfico porque os dados são de 2013 a 2015. Na demanda violência contra crianças e adolescentes foram atendidos vinte e quatro casos, entre eles violência sexual³⁶, física e psicológica, na demanda violência doméstica foram atendidas vinte casos entre eles violência física, psicológica, verbal³⁷, patrimonial e sexual.

³² Marcada por agressões físicas bem como bater, chutar, cortar, mutilar.

³³ Causar dano emocional, diminuir a autoestima.

³⁴ Apropriação de bens, documentos, valores ou recursos de direitos.

³⁶ Presenciar, manter ou obrigar a participação de relação sexual sem consentimento.

³⁷ Chingamentos e ofensas verbais.

O CREAS recebe demandas da “rede³⁸” e também demanda espontânea³⁹, sendo todas as demandas atendidas pela equipe⁴⁰, respeitando o sigilo e a ética profissional, em geral todas as demandas são marcadas por negligência ou violência, seja ela violência física, psicológica, verbal e patrimonial ou negligência como: maus-tratos abandono ou omissão, contudo o trabalho em conjunto e o trabalho em rede são importantes para a superação do problema.

O enfoque deste trabalho está relacionado ao Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). O gráfico exposto 1, no CREAS Raimunda Simões de Oliveira estão sendo acompanhado treze adolescente que estão em situação de ato infracional, no atendimento a este serviço é necessário seguir algumas normas como estabelece o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE-lei Nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Esta lei tem como objetivo regulamentar de que forma o Poder Público, a União, o Estado e os municípios irão prestar o atendimento especializado aos adolescentes que estão em situação de ato infracional.

“Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. § 1º Entende-se por SINASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei”. (SINASE, 2012)

O SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, tem como objetivo principal a proteção integral à criança e ao adolescente formulando ações que combatam todo tipo de violência⁴¹.

Segundo Volpi (2015) “Os meios de comunicação social tem preferido usar formas estigmatizantes de chamar o adolescente que se encontra em situação de ato infracional”, formas preconceituosa e taxativas que a opinião pública também aderiu chamando-os de infratores, bandidos e trombadinhas, afirmando constantemente que o adolescente que comete o ato infracional não é responsabilizado pelo ato.

³⁸ CRAS, Conselho Tutelar, Saúde, Educação, Ministério Público.

³⁹ São aquelas onde a própria pessoa se dirige ao equipamento e faz a denúncia ou procura atendimento.

⁴⁰ Advogada, Psicóloga e Assistente Social que em muitos casos consegue identificar outras demandas em uma mesma família, exemplo: uma demanda de adolescente em situação de ato infracional, após atendimento perceber-se outras demandas como violência doméstica onde é necessário a intervenção.

⁴¹ Violência física, verbal, psicológica ou patrimonial.

Contraopondo a isso o ECA vem a demonstrar que o adolescente que comete o ato infracional será responsabilizado, sendo submetido as medidas socioeducativas previstas pelo ECA, medidas com caráter pedagógico e ressocializador e não punitivo e repressivo como nos códigos de menores de 1927 e 1979.

As medidas socioeducativas estão prevista no art.112⁴² do ECA, tem “a missão de responsabilizar, proteger no sentido de garantir o conjunto de direitos e educar oportunizando a inserção do adolescente na vida social”. (Volpi, 2015, p.16-17)

A advertência é uma medida admoestatória verbal, que é aplicada pelo Juiz da infância e juventude, onde os responsáveis assinam um termo de responsabilidade sobre o adolescente.

A medida de obrigação de reparar o dano consiste na restituição ou ressarcimento do bem, caracteriza-se como uma medida coercitiva porém educativa, levando o adolescente a reconhecer o erro e reparar-lo, caso haja impossibilidade de aplicação a medida poderá ser substituída por outra.

A medida de prestação de serviço à comunidade- PSC o adolescente terá que prestar serviços comunitários em escolas, hospitais, ou outros órgãos, por um período de até 6 meses, essa medida é determinada pelo Juiz da infância e juventude, a medida se constitui como comunitária e educativa.

A liberdade Assistida- LA- uma medida coercitiva, no seu cumprimento o adolescente necessita de acompanhamento, será aplicada a medida afim de orientar, acompanhar e auxiliar o adolescente no seu processo de ressocialização, seu prazo mínimo de cumprimento é de 6 meses, podendo a qualquer momento ser revogada, substituída ou prorrogada.

A medida de semiliberdade permite que o adolescente saia durante o dia para realizar suas tarefas obrigatórias, como estudar e trabalhar, contanto que retorne à noite para dormir. Essa medida possui aspecto coercitivo por afastar o adolescente do convívio familiar e comunidade, é uma forma de transição para o meio aberto não tem um prazo para o cumprimento.

A medida de internação é destinada ao adolescente que cometeu ato infracional considerado grave, é uma medida privativa da liberdade, onde o adolescente fica recluso, sendo afastado do convívio familiar e comunitário porém tem direito à educação, saúde, assistência, cultura e todas as atividades que venha a contribuir ao processo de ressocialização do adolescente, não descaracterizando seu regime coercitivo. O período máximo de internação é de 3 anos, sendo compulsória liberação aos vinte e um anos de idade.

⁴² As medidas socioeducativas, advertência, obrigação de reparar o dano prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida semiliberdade e internação.

A medida de remissão, consiste em antes do início do processo judicial, o PJ poderá conceder a remissão ou seja a liberação do adolescente, porém isso irá acontecer levando em consideração o comportamento do adolescente, as consequências do fato, o contexto social e sua participação no ato.

Após a apreensão do adolescente seja em flagrante ou não e necessária a presença de um ou mais membros do conselho tutelar e da família para assegurar que o adolescente tenha seus direitos preservados, abre-se uma investigação para a confirmação e a participação do adolescente no ato para assim determinar qual medida o adolescente deverá cumprir.

A medida só será aplicada após confirmação da autoria ou participação do adolescente. A aplicação levará em consideração as circunstâncias, gravidade e a capacidade de cumpri-las, essa determinação e feita pelo Juiz.

No Estado da Bahia, a Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, instituição integrante da estrutura organizacional da Secretaria Estadual de Justiça, Direitos Humanos Desenvolvimento Social-SJDHDS são responsável pela seis comunidades de atendimento socioeducativos de internação provisória ou internação sentenciada são elas: CASE SALVADOR que tem capacidade para cento e cinquenta adolescentes, CASE FEMININA SALVADOR capacidade trinta adolescentes, CASE CIA capacidade para noventa, CASE JUIZ MELO MATOS em Feira de Santana (que atualmente se encontra em reforma, para se tornar uma unidade de atendimento feminino) tem capacidade para oitenta adolescentes, CASE ZILDA ARNS, Feira de Santana capacidade para noventa adolescente e CASE CAMACARI-Irma Dulce capacidade para setenta e dois adolescentes, as comunidade de Semiliberdade, que são aquelas onde o adolescente fica sob custódia do Estado, passa a noite e sai de dia para cumprir atividades externas como estudar, trabalhar, visitar a família quando permitido, no Estado da Bahia existe três unidades ficam localizados em Vitória da Conquista, Juazeiro e Salvador cada uma com capacidade para vinte adolescentes.⁴³

Antes de adentrar nas medidas socioeducativas ofertadas pelo CREAS, vou situar a fase da adolescência, segundo o ECA a idade que se caracteriza como sendo a adolescência e 12 até 18 anos.

A adolescência é a fase que está entre a infância e a juventude⁴⁴, para depois completar o ciclo de vida chegando a fase adulto e depois idoso, os pais, responsáveis e a sociedade põem sobre o adolescente muitas expectativa, como a profissão a seguir, no caso dos meninos a fase de iniciar o namoro, muitas vezes cultivando a cultura da masculinidade, impondo ao adolescente que seja

⁴³ Dados extraídos do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo 2015-2024.

⁴⁴ Segundo o Estatuto da Juventude, Lei nº12.852 de 5 de Agosto de 2013, juventude são as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade.

superior ao sexo feminino, não podendo demonstrar medo, carinho, afeto e mostrar superioridade sobre os pares, é nesta fase que acontece a fantasia do poder absoluto do “eu posso” “eu quero” “eu faço”, fase onde acontece as mudanças físicas onde os hormônios começam a aflorar aparecendo as espinhas e os pelos, mexendo com o emocional e com a aparência, e com o comportamento, esta fase consiste numa etapa necessária para o desenvolvimento.

Neste sentido tornasse importante destacar o conceito de família, segundo PNAS (2004) família é entendida como “um conjunto de pessoas que se são unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade”, a NOB/SUAS (2005, p. 90) o conceitua família “como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e gênero”.

A família é o primeiro espaço de socialização, tendo o papel de promover e garantir o desenvolvimento e formação da criança e adolescente, devendo o estado dar condições a família de prover todas as necessidades, é no seio da família que são transmitidos os valores morais, o sentimento de amor e respeito, a família tem o papel de protetor, ou não devido as formas de violência que adentraram o ciclo familiar, a família se constitui nas mais diversas configurações é constituída e reconstituída historicamente e cotidianamente através das relações e negociações que estabelece entre seus membros tem importante papel na sociedade.

“a família, independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida, todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflito e geralmente, também por desigualdade, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social”(PNAS, 2004, p.35)

O papel da família junto ao adolescente que cumprem medida socioeducativa é de suma importância, assim como o primeiro espaço de socialização quando a criança nasce e começa a se desenvolver é a família, a mesma se faz importante também na vida do adolescente que cumpriu medida em regime fechado, ao sair supõe-se que o primeiro contato seja com a família, que deve acolhe-lo e contribuir com o processo de ressocialização.

É nesta fase que começa a transição da criança para a adolescência, essa transição é cheia de erros e acertos, no processo de construção da identidade o adolescente necessita desfrutar do convívio com os amigos, ter a acesso à escola, a cursos profissionalizantes e a sociedade como um todo, esse

processo de inclusão contribui para a formação do adolescente. Esses direitos são estabelecidos pelo ECA bem como as medidas socioeducativas.

Segundo o ECA art. 103 “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção” (Brasil, 1990), os menores de 18 anos são inimputáveis, e estão sujeitos as medidas contidas no art.122.

A proposta deste trabalho é apresentar o cumprimento da medida de Liberdade Assistida- LA e Prestação de Serviços à Comunidade- PSC prestadas aos 12 adolescentes⁴⁵, que estão em acompanhamento no CREAS –Raimunda Simões de Oliveira

No atendimento ao adolescente que se encontra em situação de ato infracional, o CREAS oferta três serviços: a medida de acompanhamento que consiste no acompanhamento do adolescente e sua família, bem como acompanhamento da frequência escolar, serviços de saúde e outras atividades que possam contribuir para a inclusão social do adolescente bem como contribuir para seu desenvolvimento, a medida de Liberdade Assistida consiste no cumprimento das metas elaboradas no PIA⁴⁶ a fim de potencializar o adolescente mostrando perspectivas de profissionalização e ressocialização visando a reinserção social, e o serviço de Prestação de Serviços à Comunidade se aplica após o adolescente cumprir o PIA e LA, o adolescente é encaminhado para prestar serviços à comunidade.

O Poder judiciário envia o relatório relatando sobre o adolescente e a medida a ser aplicada, o atendimento ao adolescente é feito pela equipe interdisciplinar, caso o adolescente seja menor de idade é indispensável a presença do responsável, sendo maior de idade⁴⁷ poderá ser atendido sozinho, o primeiro atendimento ao adolescente consiste na acolhida, com a finalidade de aproximar-se do adolescente e da família para assim identificar as necessidades de intervenção, e os meios que irão nortear o cumprimento da medida determinada de pelo juiz, o PIA é um documento do qual a equipe interdisciplinar constrói juntamente com o adolescente, neste momento o adolescente expressa suas vontades, medos e desafios no intuito de identificar suas potencialidades e suas necessidades com: saúde, educação, profissionalização e lazer para que o adolescente se reconheça como cidadão de direito e deveres, após o preenchimento do PIA vem a medida de LA que se configura com o

⁴⁵ Um adolescente foi vítima de homicídio.

⁴⁶ O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais ou responsável é preenchido pelo psicólogo, pelo assistente social e pela advogada, cada profissional elabora questões pertinente a sua profissão.

⁴⁷ Segundo o ECA, para o cumprimento da medida será levado em consideração o período em que o adolescente cometeu o ato infracional, sendo possível o cumprimento da medida socioeducativa a maiores de 18 anos, porém aos 21 anos tem a liberação compulsória.

cumprimento das metas estabelecida no PIA, a frequência escolar, a realização de cursos profissionalizantes e outras metas que foram construídas no PIA, o PSC é executado após o cumprimento do PIA e da LA, o CREAS conseguiu firmar parceria com algumas secretárias do municípios para receber o adolescente que está cumprindo a medida.

O PIA deve ser elaborado em até 15 dias, tendo que ser revisado constantemente afim de melhor cumpri-lo, caso o adolescente não consiga cumprir uma meta, a equipe deverá juntamente com o adolescente elaborar outra medida, de maneira que o adolescente venha a cumprir, cada profissional tem um papel importante na construção do PIA, o psicólogo constrói questões pertinente a sua área de atuação, bem como os encaminhamentos na área da saúde, o assistente social trabalha com o enfrentamento das diversas expressões questão social que reflete na vida do adolescente e sua família, a viabilização do direitos e encaminhamento aos benefícios assistenciais, a advogada se encarrega da parte jurídica, bem como o acompanhamento do processo junto ao PJ, usando-se do trabalho interdisciplinar e em rede par contribuir para a superação da situação a qual o adolescente e sua família se encontra.

“Art. 54. Constarão do plano individual, no mínimo:

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os objetivos declarados pelo adolescente;

III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

IV - atividades de integração e apoio à família;

V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual;

VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde.”(Brasil, 2006)

O objetivo do PIA é traçar metas junto ao adolescente que possam garantir o seu desenvolvimento, sendo necessária articulação de várias esfera como saúde, educação e assistência, para potencializar o processo de ressocialização do adolescente, associado a isto vem a família ou pessoas que não possui grau de parentesco mas possuem laços afetivos que muitas vezes substituem os vínculos biológicos com o adolescente, a família é reconhecida como instituição principal para o desenvolvimento do adolescente como protagonista de sua história dando-lhe suporte afetivo e emocional, assim a articulação “ trabalho em rede –CREAS –família” é essencial para a execução e reconhecimento do adolescente com sendo o autor da sua história.

A seguir demonstraremos através da discussão sobre a tabela 1, como e quantos adolescentes estão em cumprimento de medidas socioeducativas no CREAS Raimunda Simões de Oliveira.

Adolescente	Sexo	Medida em	Acompanhamento	PIA	L..A	PSC

		regime fechado				
1	M	Sim	Sim	PIA	Sim	Sim
2	M	Não	Sim	Não	Não	Não
3	M	Não	Sim	Não	Não	Não
4	M	Sim	Sim	Iniciou, mas não cumpriu	Não	Não
5	M	Sim	Sim	Não início o PIA	Não	Não
6	F	Não	Sim	Não	Não	Não
7	M	Não	Sim		Não	Não
8	M	Não	Sim	Não	Não	Não
9	M	Não	Sim	Não		Não
10	M	Sim	Sim	Não	Não	Não
11	M	Sim	Sim	Não	Não	Não
12	M	Sim	Sim	Não teve tempo para iniciar o PIA	-	-
13	M	Sim	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Dados do CREAS- Raimunda Simões de Oliveira⁴⁸

Dados da tabela 1. O adolescente 1 cumpriu medida em regime fechado, veio encaminhado pelo PJ para cumprir PIA, LA e PSC do qual cumpriu todas as suas metas, foi enviado um relatório ao PJ, informando sobre sua conduta frente ao cumprimento da medida, porém não obteve-se resposta, o adolescente 2 veio encaminhado pelo PJ, somente para realizar acompanhamento com a equipe, o adolescente 3 veio encaminhado do PJ para acompanhamento, o adolescente 4 cumpriu medida em regime fechado, veio encaminhado pelo PJ, iniciou o PIA, mas não cumpriu as metas, não chegou a LA e PSC sua justificativa e que está trabalhando, o adolescente foi informado sobre no que pode implicar o não cumprimento da medida, foi enviado relatório ao PJ informado sobre o fato, porém até o dia da coleta de dados não se obteve resposta, o adolescente 5 cumpriu medida em regime fechado, veio encaminhado pelo PJ, se apresentou a equipe porém não iniciou PIA, LA e PSC, o adolescente completou a maior idade e se envolveu com o crime e atualmente se encontra preso. A adolescente 6 e do sexo feminino, única mulher em acompanhamento pelo CREAS, veio do PJ para acompanhamento, cumpriu o que foi proposto, foi encaminhado relatório para o PJ, porém não se obteve resposta sobre a liberação da adolescente, o adolescente 7 veio através de demanda espontânea

⁴⁸ Os dados da tabela são do CREAS Raimunda Simões de Oliveira, a organização dos dados foi realizada pela autora da pesquisa.

para acompanhamento com a equipe, porém o mesmo resiste a acompanhamento, o adolescente 8, 9 e 10 vieram encaminhados pelo PJ para acompanhamento e após cumprirem as etapas foram encaminhados ao CRAS para serem inseridos em grupos de convivência, o adolescente 11 veio encaminhado pelo PJ para acompanhamento, porém evadiu-se do acompanhamento⁴⁹, foi enviado relatório para o PJ, porém não obteve-se resposta, 12 cumpriu medida em regime fechado veio encaminhado do PJ para cumprimento de PIA, LA e PSC, porém foi vítima de homicídio antes de iniciar o PIA, o adolescente 13 cumpriu medida em regime fechado, o PJ não determinou medida de LA e PSC, determinou o acompanhamento em decorrência de sua participação no ato.

O juiz é quem decide qual medida será aplicada a cada adolescente, levando em consideração sua participação no ato, nem sempre os adolescente que cumpriram medida em regime fechado iram cumprir a LA e PSC como foi o caso do adolescente 13.

O CREAS tem a proposta de trabalhar com grupos focais, encontros, rodas de conversa, porém encontra desafios para a concretização dessas atividades, principalmente com adolescente em situação de ato infracional, uma parte significativa dos adolescentes que vem sendo acompanhado pelos CREAS são participantes do mesmo ato infracional, impossibilitando uma atividade em grupo, mesmo sendo participantes do mesmo ato infracional o PJ determinou medidas diferentes e isso causa uma certa revolta entre eles, para a tomada da decisão o juiz levou em consideração a autoria do ato, as consequência e a participação de cada adolescente no ato.

Volpi (2015) afirma a importância do processo de ressocialização dos adolescentes em situação de ato infracional e para isso é necessário:

“Descontração(...)unidades que atendam no máximo 40 adolescentes(...). Ação Especializada(...)profissionais especialmente capacitados para o desenvolvimento de um projeto pedagógico(...). Excepcionalidade e Brevidade(...)a aplicação de medidas somente quando esgotadas todas as demais possibilidades de responsabilização do adolescente e seus responsáveis(...)Humanidade, nenhuma medida socioeducativa pode dirigir-se a outro fim que não seja a ressocialização(...)” (Volpi, 2015. p.58-59).

As medidas sócio educativas devem ser pautadas, na prática pedagógica, oferecendo cursos, atendimento de saúde, bem como dever ter uma equipe profissional engajado para atender esses adolescentes, e tratar-lhes como cidadão de direitos.

No próximo capítulo iremos apresentar a partir da fala dos profissionais os desafios encontrados no CREAS na execução das medidas socioeducativas de LA e PSC.

⁴⁹ Foi entregue carta convite para comparecimento no equipamento, mas não houve sucesso.

CAPÍTULO 3 ANÁLISE DA PESQUISA REALIZADA JUNTO A EQUIPE TÉCNICA DO CREAS RAIMUNDA SIMÕES DE OLIVEIRA

3.1 Breve histórico da cidade de Cachoeira e do CREAS.

Neste item abordaremos o histórico da cidade de Cachoeira, bem como o CREAS abordagem que já foi feita no capítulo anterior, a cidade de Cachoeira fica localizado no recôncavo da Bahia, situada às margens do rio Paraguaçu, distante cerca de 120 km da capital do estado, Salvador, sua área e de 395,223 quilômetros quadrados, segundo dados do IBGE em 2010 a população era de 32.026 habitantes, supõe que esse número tenha crescido em 2016 para 35,013, a altitude de Cachoeira e de 50 metros quadrados, densidade 86,64, latitude -12° 37' 06" e longitude -38°57'21" o clima é predominante tropical.

A cidade de Cachoeira é marcada pelas construções históricas, prédios, casarões e igrejas revestidas em ouro, azulejos portugueses e imagens esculpida em madeira, a cidade foi palco de uma arquitetura inovadora como a construção da ponte Dom Pedro II inaugurada em 7 de Julho de 1885, sua estrutura totalmente de ferro e lastros de madeira⁵⁰, a construção foi para a época um grande marco da engenharia na América do Sul.

O território hoje chamado de Cachoeira foi um local de solo fértil e clima favorável para o cultivo da cana-de-açúcar, a área banhada pelo rio Paraguaçu, que no séculos XVII e XIX foi utilizada para escoamento da produção açucareira e fumageira, a produção de cana-de-açúcar em larga escala aguçou o olhar dos senhores de engenho, que mudaram-se para a região, que já abrigava Martin Afonso de Souza e Paulo Dias Adorno, em sua fazenda situada entre o riacho da pitanga e Caquende, Adorno construiu uma pequena capela em homenagem a Nossa Senhora da Ajuda.

Em 1693 foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, porém só foi instalada como vila em 1698, a vila era frequentada por ricos da época todos interessados no comércio que impulsionou a economia da cidade, a cidade produzia a cana-de-açúcar e agora também o fumo, já existia cinco engenhos na região, anos depois a construção da ponte iria contribuir para exportação da cana-de-açúcar via transporte ferroviário.

A fluência da economia fez com se receba-se a visita de D. Pedro I, D. Pedro II, e a Princesa Isabel que mais à frente tornaram-se protagonista de diversas lutas e conquista no Brasil.

⁵⁰ Os lastro de madeira foram substituído por placas de ferro, afim de garantir a segurança dos pedestres e motoristas que trafegam pela ponte diariamente.

No século XIX a vila de Cachoeira iniciou sua projeção no cenário política da Bahia e do Brasil, em 25 de junho de 1822 ecoou o antecipado grito do Ipiranga, neste dia o governo baiano foi transferido para a cidade, a vila de Cachoeira foi palco de um movimento emancipador no Brasil, em 2 de julho de 1823 Cachoeira se tornou livre da ordem portuguesa.

Cachoeira assim denominada pela lei nº 43, de 13 de Março de 1837 onde foi elevada de vila para cidade, em virtude dos seus feitos, foi a Sede do Governo Provisório do Brasil durante a guerra da Independência em 1822.

Sua história de lutas e suas construções barrocas levaram a cidade a alcançar o status de “Cidade Heroica e Monumento Nacional” pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN

A presença de africanos e afrodescendentes em interação com europeus em Cachoeira durante o período escravista é um dos fatores que contribuiu para riqueza e diversidade da cultura popular em Cachoeira. Essa interação encontra-se presente no sincretismo religioso.

Grande nomes fizeram parte de sua história da cidade como Ana Neri, uma enfermeira nascida em Cachoeira, cuja sua atuação na Guerra do Paraguai lhe rendeu o título de “mãe dos pobres”, Dona Dalva figura conhecida na cidade, charuteira, compositora, líder do grupo Samba de Roda Suerdieck e integrante da Irmandade da Boa Morte⁵¹ e os compositores e músicos Sine Calmon e Edson Gomes.

“Vamos amigo lute...vamos amigo ajude...vamos amigo grite...vamos amigos agora senão a gente acaba perdendo o que já conquistou ... Que a vida não parou... A vida não para aqui... A luta não acabou... E nem acabará... Só quando a liberdade raiar... yeah, liberdade! liberdade! teu povo clama li li dona Lili” (trechos da música, LUTE de Edson Gomes).

A economia da cidade gira em torno do comércio e do turismo, a cidade históricas e palco de festas que trazem turista do mundo inteiro para cidade, como a Festa Literária Internacional de Cachoeira –FLICA e Festa de Boa Morte e Festa da D’ajuda.

Nesta Cidade histórica banhada pelo rio Paraguaçu está implantado o CREAS Raimunda Simões de Oliveira, que como já foi mencionado no capítulo anterior é uma unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como referência a oferta de atendimento especializado

⁵¹ A Irmandade da Boa Morte é uma confraria católica de mulheres negras e mestiças que descendem e representam a ancestralidade dos povos africanos escravizados, e libertos, no Recôncavo da Bahia. A atuação das primeiras Irmãs da Boa Morte teve significado político, social e, significativamente, religioso, sua organização advinda das mulheres adeptas à confraria de Nossa Senhora da Boa Morte que teria sido fundado no início do século XIX o primeiro Candomblé Ketu de Salvador.

a famílias e ou indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS.

Tem como proposta o trabalho em rede com centralidade na família, a proposta do SUAS “é condição fundamental a reciprocidade das ações da rede de proteção básica e especial, com centralidade na família.” (PNAS,2004, p.41)

O CREAS Raimunda Simões de Oliveira fica situado no bairro Caquende, atualmente possui cinco funcionário, sendo uma advogado, uma assistente social, uma psicóloga, uma coordenadora e uma auxiliar de serviços gerais.

O espaço físico do CREAS é composto por uma recepção, uma sala da coordenação, uma copa, um banheiro, uma sala de atendimento coletivo, uma sala de atendimento individual, uma sala de atendimento infantil e uma sala da equipe técnica, o espaço físico é amplo porém necessita de reforma.

O CREAS é mantido pela Secretária de Assistência do Município da qual supre as necessidades materiais do equipamento.

3.2 Percurso metodológico

Realizei Estágio supervisionado I e II no CREAS Raimunda Simões de Oliveira. No estágio pude observar o cotidiano profissional, bem como os casos dos adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas. Foi o momento em que pude acessar a literatura sobre criança e adolescente.

Realizamos bastante leituras com afincos para compreender as expressões da questão social na vida da criança, que por anos foram lhe negados direitos, uma construção legal árdua, sempre oprimida pela ordem capitalista e pelo Estado, mesmo com tantas lutas até se consolidar uma legislação que garantisse a proteção integral, ainda se vê propostas de negação ao direito da criança e adolescente, especificamente aos adolescentes que cometem ato infracional, a proposta da Proposta de Emenda à Constituição- PEC 171/1993 propõe a diminuição da idade penal de dezoito para dezesseis anos, aprovar a proposta é retroceder aos códigos de menores de 1927 e 1979 que impunham a institucionalização como forma de repressão.

No estágio II propus um projeto de intervenção junto aos adolescentes da Escola Estadual Antônio Joaquim Correia, localizada na cidade de Cachoeira, na comunidade de Capoeiruçu na qual resido, a comunidade é pequena porém os moradores tem a disposição os serviços básicos de saúde,

educação e assistência, a comunidade contempla um Centro referência da Assistência Social – CRAS, dois postos de saúde e creche.

A proposta do projeto de intervenção foi apresentar as medidas socioeducativas do ECA no âmbito escolar, local onde se concentra um grande número de jovens da comunidade, em conversa com a direção da escola pude perceber a compreensão equivocada que o corpo escolar e os adolescentes tem sobre o ECA, pois ouvi afirmações de que os alunos se utilizam do ECA para muitas vezes intimidar a direção, principalmente nos momentos em que são chamados a atenção por algum erro que fere o regimento da escola, afirmando que sabem “seus direitos”, a proposta foi bem aceita e o projeto foi aplicado aos adolescentes e contou com a participação de alguns professores, muitos levaram na brincadeira, em um momento da apresentação me recordo como se fosse hoje no vídeo que apresentei passava a imagem de um adolescente negro, segurando uma arma grande que não sei o calibre, mas que foi o auge na apresentação, neste momento risos e gritos eufóricos por parte de um grupo de adolescentes tomou conta da apresentação e do meu pensamento, tentando compreender o porquê tanta euforia, não sabia se foi de espanto pela imagem ou se foi identificação com a cena, assim como a maioria dos ali presentes esses adolescentes tem cor, constituem a classe baixa da população e alguns juntamente com a família já passaram por atendimento no CREAS por outras demandas. Essas questões foram importantes para a construção do meu trabalho de conclusão de curso, foram marcos importantes que me fizeram aprofundar a discussão sobre criança e adolescente, construção dos direitos e o processo de medidas socioeducativas.

Ainda no estágio II pude estar em contato com a equipe técnica e também com os adolescentes nos atendimentos mensais, percebi o quão complexa é a situação do adolescente em situação de ato infracional.

Durante as orientações decidimos entrevistar a equipe do CREAS para perceber o olhar que os mesmos tem sobre a trajetória legal dos direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, buscando a compreensão das terminologias, marcos históricos e do trabalho em equipe junto ao adolescente em situação de cumprimento de LA e PSC. Fizemos a opção de dialogar com estes profissionais⁵² devido ao vínculo que os mesmos criaram com os usuários, a família e a comunidade. Vale salientar que na ocasião do estágio II pude através da experiência na escola perceber o olhar dos adolescentes e profissionais da educação sobre a temática que venho discutindo neste trabalho de conclusão de curso.

⁵² Na pré-banca foi sinalizada a importância de dar voz aos adolescentes que cumprem medidas, propondo a aplicação do questionários aos mesmo, porém a impossibilidade de reuni-los em grupo, devido a um grupo tem participado do mesmo ato infracional, por questão de tempo não conseguiria entrevista-los uma a um.

Tive algumas dificuldades para concretização deste trabalho dos quais destaco um semestre diferenciado que teve duas interrupções⁵³, além da demissão de quase toda a equipe de profissionais do CREAS no Pós eleição 2016 e o emocional que por muitas vezes foi meu inimigo me colocando a questionar sobre a permanência na discussão que proponho neste trabalho. Muitas vezes fiquei angustiada sobre como obter as informações da pesquisa de campo, tendo em vista a quantidade de profissionais que foram demitidos. A pré-banca foi de suma importância para meu trabalho tive a orientação para utilizar o método da netnografia ou etnografia⁵⁴ e indicação de autores que discutem sobre a temática, experiência está que me faz afirmar que estamos sempre em um processo de construção e aprendizado.

A netnografia ou etnografia possibilitou a coleta de dados através da internet, possibilitou dialogar com os profissionais que já haviam sido demitidos, e assim fazerem parte da pesquisa.

Foram estes profissionais que acompanharam meu estágio e que acumularam experiência na temática. Importante destacar que da antiga equipe só ficou uma profissional que no período do estágio ocupava o cargo de coordenadora do CREAS e na nova gestão assumiu o cargo de Assistente Social, os novos funcionários estão assumindo suas funções e ainda estão tomando conhecimento da demandas e funcionamento do CREAS bem como da política de assistência.

O fato é que os antigos profissionais se dispuseram via e-mail a responder o questionário da pesquisa que ora apresento.

3.3 Tipos de pesquisa e instrumento de coleta de dados

Com o intuito de obter conhecimentos para formulação da pesquisa sobre a construção dos direitos à criança e adolescente no Brasil, e a aplicação das medidas socioeducativas no CREAS Raimunda Simões de Oliveira, efetuou-se um estudo sobre a trajetória legal dos direitos à criança e adolescente no Brasil, buscando compreender as terminologias, os marcos históricos e a questão social da criança vinculada ao processo de industrialização, a concretização deste processo só foi possível a partir da utilização do procedimento técnico de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental da qual utilizei.

⁵³ Greve estudantil e recesso de final de ano.

⁵⁴ A transposição essa metodologia para o estudo de práticas comunicacionais mediadas por computador recebe o nome de Netnografia, ou etnografia virtual e sua adoção é validada no campo da comunicação pelo fato de que “muitos objetos de estudo localizam-se no ciberespaço” (Montardo & Rocha, 2005, p. 01 apud Amaral, Natal, Viana (2008)

Segundo Gil (2010, p.50), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários”.

Contudo afirmo que a pesquisa bibliográfica é parte indispensável de minha pesquisa, a partir dela foi possível utilizar-se de, livros, artigos científicos e legislações que nortearam a construção de meu trabalho, utilizou-se também a pesquisa documental que para Gil (2010) é uma pesquisa elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico ou podem ser reelaborados, é o caso do PIA que é um documento elaborado para o adolescente em situação de ato infracional, que irá cumprir as medidas de LA e PSC, não existe um modelo padrão para este documento⁵⁵, este deve ser construído a partir da viabilidade de cumpri-lo.

Para escrita desse trabalho fez-se necessário analisar o contexto histórico a qual a criança foi exposta, o que reafirma a necessidade do uso da pesquisa bibliográfica, bem como de documentos elaborados pelo CREAS Raimunda Simões de Oliveira ratificando o uso da pesquisa documental.

A pesquisa utilizada foi de cunho qualitativo objetivando compreender a realidade social em sua totalidade.

Conforme Minayo (2008) A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ela envolve valores, crenças, emoções e se aprofunda no mundo dos significados, não sendo possível quantificá-las em números, ela necessita ser interpretada pelos pesquisadores

Para realização da pesquisa qualitativa, foi utilizada técnica de entrevista semiestruturada. Este tipo de entrevista permite uma comunicação verbal entre o entrevistador e entrevistado, pode ser realizada por mais de duas pessoas, é uma forma de interação social, que permitiu o diálogo entre ambas as partes sobre o tema. No caso deste trabalho estive com uma das entrevistas pessoalmente e para os outros três foi enviado o roteiro da entrevista via e-mail, se configurando uma coleta de dados a partir da netnografia.

A entrevista caracteriza-se como semiestruturada por “combinar perguntas abertas e fechadas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema, dialogando sobre sua opinião questões postas. (Minayo, 2008)

Será utilizado a técnica análise de conteúdo que segundo Minayo (2008, p.84), “[...] através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos

⁵⁵ Não existe modelo padrão, cada CREAS desenvolve o seu, porém seguindo critérios apontados no SINASE para melhor execução.

manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. Desse modo, busca-se uma interpretação mais aprofundada sobre a fala do entrevistado, indo além da mera descrição.

3.4 Análise dos dados da pesquisa realizada junto a equipe técnica do CREAS Raimunda Simões de Oliveira.

A pesquisa foi realizada junto a equipe técnica do CREAS Raimunda Simões de Oliveira que atuou no equipamento até Dezembro de 2016⁵⁶, no período de 04 a 14 de Fevereiro, foi realizada a entrevista semi-estruturada com a Assistente Social, que está atuando no CREAS, e aplicado questionário com as outras três profissionais, que foram desligadas do equipamento, mas por acompanharem meu período de estágio se dispuseram a participar da pesquisa, para essas três participantes foi utilizado o método da netnografia ou etnografia que como já foi conceituado permite a comunicação por meio virtual, que neste caso foi enviado questionário por e-mail.

As participantes consentiram sua participação na pesquisa via assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido⁵⁷, onde esclarece o objetivo da pesquisa, bem como de que forma serão utilizados os dados ali apresentados, deixando claro que será respeitado sigilo e anonimato do entrevistados, bem como o comprometimento de utilizar sua resposta na íntegra sem alterações, esses procedimentos se referem a ética da pesquisa, é necessário o compromisso do pesquisador, em não alterar textos, não tomar pra si texto de autoria de outros autores, isto caracteriza como plágio (Minayo, 2008)

Na pesquisa aplicou-se questões fechadas como: nome, sendo opcional responder, sexo, profissão, tempo de atuação, área de atuação, vínculo trabalhista, se possui especialização sim ou não. Nas questões abertas utilizou-se de questionamentos específicos quanto ao conhecimento sobre a temática abordada a construção dos direitos à criança e adolescente e as medidas socioeducativas.

Afim de preservar a identidade dos entrevistados seus nomes foram substituídos por números, participaram da pesquisa quatro profissionais⁵⁸, todas do sexo feminino, duas exercem a profissão de Assistente Social, uma é psicóloga e a outra advogada, no que se refere ao tempo de atuação no

⁵⁶ Psicóloga, Advogada, assistente social e coordenada que na nova gestão assumiu o cargo de Assistente Social.

⁵⁷ Duas profissionais enviaram termo assinado por terceiros e uma por e-mail com a sua assinatura eletrônica.

⁵⁸ Dois funcionários do equipamento não participaram da pesquisa, o técnico de abordagem e a auxiliar de serviços gerais, como preconiza o caderno de orientações no CREAS o atendimento deve ser realizado de forma sigilosa de maneira que não expor o adolescente a sua família assim participou da pesquisa advogada, psicóloga, Assistente Social e a coordenadora que atualmente cumpre o cargo de Assistente Social.

equipamento, a entrevistada 1 possui quatro anos de atuação no equipamento, a entrevistada 2 três anos, a entrevistada 3 possui um ano de quatro meses e a entrevistada 4 quatro anos de atuação, no quesito área de atuação atual ou que já atuou, a entrevistada 1 atua no CREAS, a entrevistada 2 atuou no CREAS e atua prestando consultoria jurídica, a entrevistada 3 atuou no CRAS e CREAS, a entrevistada 4 atua no Centro de Atenção Psicossocial –CAPS, no que se refere a vínculo trabalhista todas as entrevistadas atuaram sob a prestação de serviço via contrato, no que se refere a especialização, a entrevistada 1 respondeu que sim, possui especialização porém não foi informada qual, a entrevistada 2 informou não possuir especialização, a entrevistada 3 informou estar concluindo especialização em Gestão de Pessoas e Saúde Corporativa, a entrevistada 4 informou ter especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial e Psicopedagogia.

A seguir apresento uma análise da pesquisa com o intuito de identificar quais os desafios encontrados para a aplicação da medida de LA e PSC, bem como o proteção social a criança e adolescente.

No que tange as perguntas abertas foi questionado se as profissionais conhecem a trajetória da proteção social à criança e adolescente no Brasil, dos marcos iniciais até os dias atuais, tendo as opções de resposta sim ou não, e se sim pra falar sobre o tema, as entrevistadas informaram que:

Sim, a partir da Constituição de 88 e o Estatuto da Criança e Adolescente o que configura “marco importante na legislação”, para a infância e juventude Compreende-se a construção dos direitos da criança e adolescente literalmente rumo a efetivação desses direitos, o que infelizmente, não representou mudanças consistentes nas políticas existentes e sim práticas correcionais e repressivas, o que remete as mesmas práticas do Brasil Império. **(Entrevistada 1)**

Sim, código de menores, quando crianças e adolescentes não possuíam todas as garantias legais. Eram vistas como pequenos adultos. **(Entrevistada 2)**

Não, conheço pouco sobre à trajetória da construção dos direitos da criança e adolescente no Brasil. Leis e ações pregressas foram firmadas diante o princípio irregular, tendo como grande consequência à criação do termo “menor”, um estigma que perpetua até os dias atuais. O novo paradigma no sistema de proteção integral, existente na Constituição Federal de 88 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerado um marco importante na legislação para a infância e juventude brasileira. **(Entrevistada 3)**

Respondeu que não **(Entrevistada 4)**

A entrevistada 1 respondeu conhecer sobre a construção da proteção social à criança e adolescente, enfatizando como sendo a constituição de 1988 e o ECA um marco importante para a efetivação dos direitos, a entrevistada 3 informou não conhecer a construção da proteção social a criança, porém desenvolveu sua resposta de forma objetiva referenciando as ações pregressas que denominavam “menor e irregular.”

Faleiros 2005 e Rizzini (2011) fazem esses debates sobre a trajetória da construção dos direitos à criança e adolescente no Brasil, Faleiros (2005) coloca que por anos a criança foi considerada sem fala, sendo alvo de ação ou omissão do estado, referindo-se a institucionalização como forma de ordenamento social, Rizzini (2011) coloca que a trajetória de desigualdade e exclusão a qual a criança foi exposta desde a roda dos expostos, passando pela fase da exploração fabril onde se utilizava a mão de obra infantil, chegando aos dias atuais, com a proposta da PEC 171/93 Volpi (1997) coloca que é um retrocesso ao ECA e a Constituição de 88, o autor afirma que é necessário se distinguir inimputabilidade e imunidade, analisando este contexto ao qual a criança foi exposta, Yamamoto (2009) afirma que são expressões da questão social, oriundas da relação capital/ trabalho, oriundas do processo de industrialização, sendo vigente até os dias atuais.

Foi questionado as profissionais sobre a participação em projeto com crianças e adolescentes, na graduação, comunidade e outros, com tudo foi obtida as seguintes respostas

Sim, Faço parte da Comissão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (**Entrevistada 1**)

Sim, clube dos desbravadores. Fazíamos atividades, de ordem unida, acampamentos, reuniões, passeios, estudos bíblicos e etc. (**Entrevistada 2**)

Não (**Entrevistada 3**)

Não (**Entrevistada 4**)

As entrevistadas 1 e 2 expressaram que participaram em algum momento de atividades com crianças e adolescentes, a primeira no Conselho Municipal da Criança e Adolescente, demonstrando que o município com a criação do conselho tem se preocupado com a proteção social à criança e adolescente, o conselho tem a função de deliberar, organizar e fiscalizar políticas públicas de atendimento à criança e adolescente devendo trabalhar em rede, afim de garantir a efetivação da doutrina da proteção integral, porém a participação do município não deve estar relacionada somente a criação do Conselho deve ser um trabalho contínuo articulado com a rede de atendimento do

município afim de efetivar a proteção à criança, a participação da entrevista 1 demonstra que assim como o município está engajado na proteção à criança e adolescente, a sociedade civil também está já que como afirma o art.89 do ECA a participação no conselho não é remunerada, a entrevistada 2 participou do clube dos desbravadores⁵⁹ que através de atividades promove a interação e desenvolvimento dos adolescente, fortalecendo o convívio em sociedade.

As entrevistadas 3 e 4 informaram não ter participado de nenhuma atividade com criança e adolescente, garantir o direito à criança e adolescente é dever de todos, porém sua não participação em atividades não à exclui de fazê-la em algum momento.

Quando questionada sobre sua opinião sobre a temática criança, adolescente e direitos, obtivemos a seguinte resposta:

O país precisa construir uma cultura de direito para então garantir as crianças e adolescente um cenário de políticas efetivas. **(Entrevista 1)**

Penso nas proteções que as crianças e adolescentes possuem, mas também penso nos deveres. **(Entrevistada 2)**

Partindo do pressuposto pertinente a relação passado-presente para a compreensão do atual momento das políticas existentes, a institucionalização da infância e adolescência como objeto de controle por parte do Estado brasileiro, período que registra as políticas e concepções que datam do início da república até o fim da ditadura militar; e, por outro se notarmos o período de abertura democrática do país, culminando em 1990, com a promulgação do ECA. Nele a infância e adolescência adquiriram status de sujeitos de direitos. Essa concepção, conforme o previsto no Estatuto, entende que a criança e ao adolescente devam estar assegurados por políticas públicas de proteção, promoção e direitos, bem como as suas respectivas famílias (Rizzini, Naiff, Baptista, 2006). **(Entrevistada 3)**

Penso que a psicologia no sentido de promover a defesa e controle da efetivação do ECA e consequentemente dos direitos da criança e adolescente. **(Entrevistado 4)**

A partir da análise da resposta compreende-se que há uma indignação por parte das entrevistadas, existe uma legislação, mas ainda assim existe a violação do direito, ou como se expressa a entrevistada 2 tem –se o direitos, mas necessita dar visibilidade aos deveres.

Segundo Roberti Junior (2012) a categoria criança e adolescente foi construída histórica e socialmente, sendo a idade o fator que distingue essas duas categorias, porém a criança e adolescente estão sempre desenvolvimento físico e mental, é necessário que a o estado e a sociedade entendam

⁵⁹ Grupo de escoteiros criado pela Igreja Adventista onde reuni meninos e meninas com idade entre 10 e 15 anos, de diferentes classes sociais, cor ou religião, para aprender a desenvolver talentos, habilidade, percepções gosto pela natureza.

este processo de desenvolvimento, onde a criança passa por fases de desenvolvimento que envolve o emocional e o físico é na passagem de uma fase pra outra que vai se construindo a formação, devendo ser ressaltado que a criança e adolescente possui direitos, sendo obrigatório a sua garantia.

Sobre as normativas e legislações internacionais e nacionais que regem a proteção à criança as entrevistadas responderam:

As convenções e recomendações da OIT, o Estatuto da criança e do adolescente, são leis bem claras, formuladas, o que não casa com as possibilidades inerentes para que as mesmas sejam aplicadas. **(Entrevistada 1)**

As legislações internacionais são super protetivas, pois servem para proteger crianças e adolescentes numa realidade mundial. Aqui no Brasil, temos a nossa legislação específica, o ECA, que foi criada por abranger a realidade nacional, algumas normas são efetivadas, outras não **(Entrevistada 2)**

As legislações internacionais e nacionais que regem e garantem a proteção às crianças e adolescentes, existe a grande necessidade de proteção a nível nacional e internacional, tendo como base o caráter fragilizado e não completo do desenvolvimento físico-mental da criança e do adolescente. Tais regras e tratos internacionais são de suma importância, dando norte as legislações pátrias quanto a elaboração de leis específicas de proteção infanto juvenil. **(Entrevistada 3)**

Creio que se olharmos o ECA como um instrumento de transformação social sua efetivação será concretizada. Enquanto a percebermos como uma lei, pouco fazemos. **(Entrevistada 4)**

A ONU é contra a PEC171/93, e ressalta que os marcos legais vigentes protegem os direitos conquistados, e se nega a retroceder, quanto as resposta percebe-se que os profissionais tem pensamentos semelhantes sobre legislações e seus objetivos, o problema é que como afirma a entrevistada 4 enquanto vemos somente como lei pouco faremos, precisamos ver as legislações como ações transformadoras, como um instrumento de transformação social.

Lemos (2016) afirma que é necessário uma pactuação entres os países na promoção da criança e adolescente como cidadão de direitos, no que se refere a adolescente em situação de ato infracional foi de suma importância as regras de Riad e regras de Beijing, que segundo Volpi (1997) e ONU 2015 estabelecem ações para adolescentes em situação de ato infracional, uma na vertente da elaboração de políticas públicas de prevenção, no sentido de fortalecer ou reestabelecer os laços familiares e incluir o adolescente em atividades que venham a desvelar habilidade, afim de que os mesmos não cometam atos infracionais, e a outra de tendo o adolescente cometido ato infracional deverá ser

responsabilizado levando em consideração sua idade e sendo aplicadas medidas de cunho educativo, assim contribuindo para sua ressocialização.

O ECA possui 26 anos de existência, foi questionado sobre a opinião das entrevistadas sobre se ele necessita ser revisado ou é eficaz?

O ECA é extremamente pensado para a proteção integral da criança e adolescente, sua aplicação é que não combina com as políticas e seus realizadores. **(Entrevistada 1)**

Como todas as legislações, deve haver alterações para atender a realidade contemporânea. Em 1990, tínhamos um grupo de crianças e adolescentes que precisavam ser atendidos por aquelas normas. Hoje, temos uma realidade um pouco diferente daquela época, sendo necessária uma atualização para atender as necessidades atuais. **(Entrevistada 2)**

O Estatuto da Criança e do Adolescente necessita ser revisado, infelizmente, as novas leis não representaram muitas mudanças consistentes nas práticas cotidianas das instituições de atendimento a criança e ao adolescente. Estão presentes apenas no campo teórico, pois é comum encontrarmos violações dos direitos das crianças e adolescentes em atendimentos baseados na repressão, violência e maus tratos. Levando em conta os principais marcos legais e políticos que fundamentam hoje as políticas existentes no Brasil. **(Entrevistada 3)**

Acho que precisa ser revisado e que o sistema de garantia de direitos se articular no sentido da efetivação desses direito. **(Entrevistada 4)**

Analisando as respostas das entrevistadas 2, 3 e 4 ambas tem a mesma opinião no que se refere a revisão da lei, colocando que desde de sua aprovação até os dias atuais muita coisa mudou, porém o que vemos é que o problema não está na legislação e sim na sua execução, como afirma a entrevistada 1.

Com base em Faleiros (2005) a implantação e efetivação do ECA se consolida por meio de um sistema de garantia de direitos que compreende, a criação de conselhos, promotorias, varas da infância, defensoria, delegacias e outras entidade engajadas na proteção à criança e adolescente.

O ECA integrou o processo de reconhecimento da criança como ser humano na condição de vulnerabilidade, sendo passível de proteção, com isso analiso que muita coisa mudou desde a criação do ECA até os dias atuais, porém o que deve-se mudar é o pensamento da sociedade com relação a essa lei.

Para a concretização do ECA foi questionada a opinião das entrevistadas sobre o papel do Estado, família e sociedade, obtive as seguintes respostas

Estado, família e sociedade, são os responsáveis pela proteção dos direitos da criança e adolescente cabe cada ator promover a materialização dos direitos individuais e coletivos **(Entrevistada 1)**

Deviam ser mais comprometidos **(Entrevistada 2)**

O papel da família e da sociedade encontra-se no Art. 4º do ECA. Visto que, o mesmo diz: Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A família, o Estado e a sociedade, enquanto instituições encontram sua razão de ser à medida que colaborem para a realização do ser humano, além de uma sociedade inclusiva, visando o desenvolvimento integral do indivíduo, em todas as fases do ciclo da vida em igualdade de condições. **(Entrevista 3)**

Entendo que o papel de ambos e estar junto buscando construir propostas para implementar políticas que venham melhorar a qualidade de vida das pessoas e dar garantia da sobrevivência e desenvolvimento para a crianças e adolescente de forma integral. **(Entrevistada 4)**

As entrevistadas mostram opiniões semelhantes, afirmando que o estado, a família e a sociedade devem trabalhar juntos construindo uma sociedade justa e consciente.

O estado deve investir em educação e em serviços de saúde, devendo também dar condições as famílias de se desenvolver e cumprir seus papel de protetor superando as formas de violência que acometem a famílias e a sociedade deve reproduzir a doutrina de proteção integral combatendo qualquer forma de violência e sendo protagonista na história da proteção à criança e adolescente, o município possui os órgãos de defesa e proteção à criança e adolescente, a população se presenciar qualquer tipo de agressão, maus tratos ou abuso sexual podem denunciar afim de interromper muitas vezes um ciclo de violência.

Atualmente o município conta com o conselho tutelar, CMDCA, delegacia, CRAS, CREAS, Disque 180 Direito Humanos e o MP.

Quando questionado sobre a divulgação da mídia sobre adolescente em situação de ato infracional as entrevistadas se posicionaram da seguinte forma:

Ato infracional de criança e adolescente especificamente maioria penal é tema de destaque na cobertura midiática, o que a sociedade precisa é compreender e participar da formulação das políticas coerentes a esses atores. **(Entrevistada 1)**

Não acompanho a mídia sobre esse assunto, pois as informações são sempre tendenciosas. No entanto, ao acompanhar algumas criança e adolescentes, penso que

deve ser alterada a legislação para atender melhor aqueles que cometem ato infracional. **(Entrevistada 2)**

A criança e o adolescente necessitam serem protegidos de diversas condutas que venham a atentar contra sua pessoa. E assim o deve ser, pois os mesmos se encontram em fase de formação física e moral, a respeito inclusive da visão que a sociedade tem deste. A mídia é um mecanismo condutor de sensacionalismo que por muitas vezes ultrapassa seus limites, infligindo até o direito garantido por lei as crianças e adolescentes da não exposição de suas imagens. A criança e o adolescente não são visto pela mídia como tal, muito menos como sujeito de direito, os mesmos é expostos como indivíduos violadores das “regras” e que precisam ser punidos. **(Entrevistada 3)**

Penso que os órgãos do sistema de garantias de direitos deveriam estar inseridos na sociedade, não apenas com o lugar institucional, mas no lugar de diálogo com a sociedade na defesa dos direitos humanos. **(Entrevistada 4)**

As entrevistados 1 e 3 concordam no que se refere a mídia reproduzir o que lhe é conveniente, a entrevistada 2 informou não acompanhar a mídia, mas sabe da manipulação das informações pela mídia, a 4 entrevistada não menciona a repercussão da mídia, porém menciona que os órgãos de defesa a criança e adolescente devem dialogar com a sociedade, a mídia repercute o que lhe é rentável, sensacionalizando fatos, fim de aumentar a audiência.

O que é necessário é a sociedade saber e entender as legislações, não se influenciando e reproduzindo o que a mídia divulga, sem saber o teor de verdade da notícia.

Quando questionadas sobre os desafios encontrados na aplicação de LA e PSC no equipamento o obteve-se a seguinte resposta.

O cenário precário das políticas existentes para a garantia de direitos e inserção dos adolescentes a esta políticas. **(Entrevistada 1)**

O maior desafio foi fazer com que os adolescentes se comprometessem em cumprir a medida. Os motivos encontrados foram as rixas entre as gangues dos adolescentes risco de morte por estarem expostos na rua etc. Os adolescentes iam cumprir a medida, mas não saíam da criminalidade. **(Entrevistada 2)**

Sabemos que ainda é um desafio mudar o que está posto, mas nós assistentes sociais da assistência, estamos sempre buscando estratégias nos espaços sócio ocupacionais na tentativa de fazer os usuários compreenderem que são sujeitos de direitos e é nesta perspectiva que alcançaremos uma sociedade mais humana, justa, igualitária e universalizada na qual todos sejam capazes de interferir e transformar sua realidade individual e a realidade social. Visto que, por se tratar de adolescentes que cometeram atos infracionais, algumas instituições se nega a receber os adolescentes para cumprir a medida socioeducativa, tornando assim um processo dificultoso e na maioria dos casos sem êxito. Não trata somente de puni-lo pela prática de atos infracionais, mas de promover um processo socioeducativo e de responsabilização.

Entende-se também que os adolescentes são sujeitos de direitos e detentores de deveres, o que deve orientar o processo socioeducativo. **(Entrevistada 3)**

A inexistência de formação específica, a articulação com os serviços e programas que compõe o sistema de garantia de direitos, a ausência da família, a dificuldade de inclusão do adolescentes aos benefícios e programas de educação e saúde, a dificuldade de inseri-los no mercado de trabalho. **(Entrevistada 4)**

Supõem-se que as respostas das entrevistadas tem o mesmo teor de indignação ou muitas vezes de culpa por não conseguir achar maneiras de superar tantos desafios, a entrevistada 1 e 4 colocam que o cenário precário é um dos desafios, utilizando-se de uma palavra da entrevistada 1 em outra pergunta é necessário construir a cultura de ver o adolescente como cidadão de direitos independente de sua classe social, cor ou religião e até mesmo por ter cometido ato infracional.

A entrevista 2 coloca que o maior desafio é fazer com que os adolescente se comprometam em cumprir a medida, a entrevistada 3 coloca que o papel do Assistente Social é “buscar estratégias nos espaços sócios ocupacionais na tentativa de fazer os usuários compreenderem que são sujeitos de direitos”, a entrevistada 4 coloca como desafio a inexistência de uma rede.

A colocação da entrevistada 2 como “os adolescentes iram cumprir a medida, mas não saíram da criminalidade” Volpi (2015) “ A prática do ato infracional não é incorporada como inerente à sua identidade, mas vista como uma circunstância de vida que pode ser modificada”(p.09-10) a afirmação da entrevistada 1 se coloca como sendo irreversível sua situação em meio ao contexto em que vive, é no sentido de superação dessa afirmação que o Assistente Social juntamente com a equipe técnica deverá centralizar o atendimento ao adolescente e a família, propondo ações que venha a superar a situação de ato infracional a qual se encontra, o colocando com escritor de sua própria história.

Como as políticas públicas poderiam trabalhar em rede para atender de maneira eficaz os adolescente que cumprem medidas socioeducativas no CREAS em questão:

Havendo eficácia e eficiência, comprometimento e sensibilidade entre os entes federados, sociedade civil, família e outros. **(Entrevistada 1)**

O município foi receptivo aos adolescentes, tanto que os locais de prestação de serviços eram nas secretarias municipais. Contudo, é necessário realizar um plano de ação para trabalhar e atender esses adolescente. **(Entrevistada 2)**

No CREAS trabalhamos diretamente com a política de assistência, mas deveria ser uma prática horizontalizada, o que acontece é que nós assistentes sociais da área de assistência dependemos da secretaria de assistência social e dos coordenadores do CREAS, para a intervenção propriamente dita, pois muitas vezes precisamos de aval

dessas outras instâncias, para a efetivação do trabalho. Além desses limites, existe os limites de inserção dos adolescentes nas atividades para cumprimento das medidas socioeducativas, pois apenas algumas secretarias se disponibilizaram e firmaram parceria com o CREAS para aceitação do adolescente infrator, sendo que na maioria das entrevistas e elaboração do PIA juntamente com o adolescente, percebe-se o não interesse para exercer determinada atividade que lhe é atribuída, fazendo com que o mesmo abandone o espaço que lhe foi direcionado por não poder ter escolha. **(Entrevistada 3)**

Primeiramente fortalecendo essa rede criando programas específicos para atender esse público –infrator e seus familiares. Eliminando todos os sintomas da mentalidade defesa de uma sociedade no que se refere ao trato do adolescente autor de ato infracional **(Entrevistada 4)**

Para começar a análise das resposta, me apego a resposta da entrevistada 3 com base em sua resposta, percebe-se que o que está estabelecido no SINASE não vem sendo cumprido, quando afirma que o direito do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa deve ser respeitado, um grande número CASE fica concentrado em Salvador, colocando os adolescente do interior do estado a cumprir medida quilômetros de distância de sua família, este fator pode implicar no afastamento do adolescente com a família, que muitas vezes não possui recursos financeiros para viajar para realizar a visita, a medida a ser cumprida por ele deve se ajustar as possibilidade de acesso e cumprimento⁶⁰ do adolescente, o ECA e o próprio PIA tem proposito de dar voz ao adolescente, no sentido de apontar suas necessidades, qualidade e desafios para assim cumpra-la, ainda com base em sua fala e na fala da entrevistada 4 discordo do termo INFRATOR que a mesma usa e outros termos como delinquente e irregular⁶¹, se referindo aos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativo, segundo Volpi (2015) estes termos são formas estigmatizantes de denominar o adolescente que cometeu ato infracional, se referindo a época do código de menores 1927, onde a utilização desses termos eram usadas de forma generalizada sem fazer distinção entres os adolescentes que cometeram ato infracional e os abandonados, após a constituição de 88 e o ECA ouve a reforma conceitual de “menor irregular” para “cidadão de direitos”.(Rizzini, Barker, Cassaniga, 1999)

A entrevistada 2 ressalta que o município foi receptivo como os adolescente ao dispor as secretarias para receber os adolescente que cumprem PSC, o município é responsável pelo

⁶⁰ Quando coloco possibilidade de cumprimento, me refiro a medida de PSC, exemplo: o adolescente no período em que cumpriu medida em regime fechado concluiu um curso de padeiro, na elaboração do PIA expressou sua vontade exercer atividade de padeiro, porém por falta de parceria com o comercio foi destinado a cumprir a medida de PSC na Secretaria de meio ambiente, isso demonstra que o que estabelece

⁶¹ Termos delinquente e irregular inseridos por mim, não pelas entrevistadas.

adolescente, em lhe proporcionar formas que venha a inseri - lós na sociedade, já que a mesma o exclui, não acreditando no processo de ressocialização do adolescente.

A entrevistada 1 e 4 colocam que é necessário o fortalecimento do trabalho em rede, juntamente com o comprometimento do Estado, da família ponto crucial no que se refere a processo de ressocialização e a sociedade

Sobre a atuação no CREAS em questão, foi perguntado se as entrevistadas consideram a equipe interdisciplinar ou multidisciplinar, obteve-se a seguinte resposta:

Considero multidisciplinar por envolver vários profissionais com conhecimentos diversos. **(Entrevistada 1)**

Multidisciplinar, várias áreas do conhecimento são utilizadas para atender as necessidades dos adolescente se crianças. Foi ótima experiência, pois pude aprender mais de perto a realidade social. **(Entrevistada 2)**

O CREAS trabalha com a interdisciplinaridade, onde a equipe se reúne para trabalhar em um determinado “tema”, seja família, ou adolescente e quando a discussão se encerra, a equipe vai tentar buscar solução para determinado problema. Não é uma equipe instituída, mas uma equipe que se reuniu para discutir um determinado assunto. Um exemplo do CREAS do Caquende são os estudos de Caso realizado as terças a tarde, a equipe trazia um tema para discussão e cada profissional se posicionava de acordo sua linha de abordagem. Vale ressaltar que não se trata de convencer ninguém do que é certo ou errado, mas sim, da possibilidade de se construir algo. Somos uma equipe formada por pessoas e saberes diferenciados, onde todas as ações estarão ligadas por um viés interdisciplinar, pois é importante um trabalho horizontal, que se desenvolva em uma perspectiva de mundo e sociedade que possa ser transformado, para que assim se estabeleça o vínculo com as famílias e com os jovens. **(Entrevistada 3)**

Multidisciplinar sendo um aspecto bastante relevante e está em consonância com a concepção que a prática do ato infracional é multideterminada, sendo necessário aplicar diferentes saberes para sua compreensão e efetivação.

Comecei a trabalhar no CREAS por caso. Antes atuava no setor privado. Não foi necessário nenhuma especialização. Ao perceber que o trabalho seria proteção e cuidado com os mais fragilizados, com quem mais necessitava de atenção, o encantamento surgiu. Particpei de alguns cursos na área do Assistente Social. Um dos pontos importantes no trabalho realizado no CREAS “é o olhar para o mandatário e sua família”, acredito que os casos não são resolvido cem por cento mas conseguimos provocar algumas mudanças na família. **(Entrevistada 4)**

Ao analisar as resposta das entrevistadas 1, 2 e 4 as mesmas afirmaram ser uma equipe multidisciplinar ou seja vários profissionais com conhecimentos diferentes atuando no mesmo equipamento, não vou me opor a esta afirmação, em concordância com as entrevistadas apresento novamente a equipe técnica do CREAS Raimunda Simões de Oliveira, sendo composta por duas

Assistente Social⁶², uma advogada e uma Psicóloga, profissionais de áreas e saberes diferentes reunidas em um equipamento, que vem a atuar no enfrentamento da violações de direitos.

A única entrevistada de opinião oposta foi a entrevistada 3 que afirmou considerar o trabalho da equipe como interdisciplinar, em concordância com o que determina o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS quando descreve em seu Caderno de Orientações do CREAS, como a equipe deve atuar, dispondo que a equipe técnica do CREAS deve atuar de maneira interdisciplinar, possibilitando o compartilhamento de conhecimentos e informações, afim de nortear as ações da equipe, a troca de experiência e de opiniões deve respeitar o projeto ético de cada profissão, bem como o meio de atuação de cada profissional, em conformidade a isto a entrevistada 3 fala “vale ressaltar que não se trata de convencer ninguém do que é certo ou errado, mas sim, da possibilidade de construir algo”, o trabalho interdisciplinar é importante, devendo respeitar os princípios éticos e instrumentais de cada profissional, levando em consideração o sigilo, o profissional deverá compartilhar com a equipe somente o que lhes for pertinente discutir em equipe, tendo em vista a não exposição do demandatário.

A entrevistada 4 coloca que o ponto importante do trabalho realizado no CREAS é “o olhar para o demandatário e sua família”, assim todas as ações e intervenções devem ser pautadas na viabilização dos direitos, fortalecimento ou reestruturação de vínculos, empoderamento individual e ou familiar e no acesso a serviços.

Concluo que independente da classificação em que a equipe se pos, se é multidisciplinar ou interdisciplinar, é perceptível em suas resposta sobre suas experiências no CREAS, que o é levado em questão é o bem estar do demandatário e ou sua família.

⁶² Como já foi colocado anteriormente, a coordenadora da gestão municipal anterior pós eleições 2016 assumiu o cargo de Assistente Social na instituição

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o conteúdo exposto no decorrer deste trabalho conseguimos apresentar um breve histórico sobre a construção do direito à criança e adolescente no Brasil, o estudo permitiu a compreensão das terminologias, marcos históricos e o trabalho junto ao adolescente em situação de cumprimento de medida de Liberdade Assistida –LA e Prestação de Serviços à Comunidade-PSC, no CREAS Raimunda Simões de Oliveira.

Analisando a história da criança no Brasil percebe-se que a criança sempre foi vítima de abandono, negligência e maus tratos, o mecanismo da roda dos expostos formou um exército de crianças enjeitadas, triste, sem afeto e invisíveis para a sociedade.

Também teve sua contribuição para a invisibilidade a criança, o processo de industrialização que fez com que famílias migrassem da zona rural para a zona urbana em busca de trabalho, porém o que encontraram foi desigualdade, miséria e um sistema opressor, fazendo com que as crianças adentrassem no mundo do trabalho, não se distinguindo dos adultos, ratificando a única diferença que existia entre a criança e o adulto, era o baixo salário pago as crianças e a agilidade que as mesmas possuía, se perguntado onde estaria o Estado? O Estado estava aliado os capitalista, proporcionando cada vez mais o desenvolvimento dessa ordem exploratória, nesse cenário de desigualdade e opressão é que o serviço social emerge, com a criação da primeira escola de serviço social no Brasil em 1932 inicialmente baseada no conservadorismo, o profissional de serviço social vem atuar no enfrentamento das desigualdades resultantes da relação capital/ trabalho, a chamada questão social, emergente na sociedade capitalista com suas configurações foi chamada de “nova questão social” que Netto (2001b) afirma não existir, o que existe são novas expressões de uma mesma questão social, porém a intervenção do Assistente Social neste cenário é de forma mínima pois as ações eram controladas pelo estado, o estado atendia as necessidades dos trabalhadores para que os mesmos não se rebelassem e não interferisse no processo de produção alienando a classe trabalhadora.

Em 1927 é elaborado o código de menores um código que para a época foi tido como protetor, com base na revisão de literatura percebo que ele não se configura como promotor, não da criança, mas sim da ordem burguesa que impunha a institucionalização, como forma de repressão a atos ou não cometidos por crianças, anos depois se aprova outro decreto também pautado na repressão, a ordem burguesa não compreendia a rotina das crianças pobres que ficavam perambulando pelas ruas por não terem outra atividade pra fazer, já que não tinha acesso à educação que era destinado a criança burguesa. Após iniciativas internacionais sobre as necessidades de acolhimento e proteção à criança e

adolescente, o Brasil sanciona lei que se propõe a garantir doutrina de proteção integral à criança e adolescente, colocando sobre o estado a sociedade e a família a responsabilidade de educa-las e ações essenciais pra se viver o acesso a saúde, educação, transporte e lazer.

Hoje a legislação dispõe de artigos com conteúdo determinando as responsabilidades de cada entidades no que se refere a proteção à criança e adolescente, no que compreende a medidas socioeducativas para serem cumpridas por adolescentes que estão em situação de ato infracional, a proposta atual é determinar que a responsabilização deve ser realizada embasada em atividades pedagógicas, excluindo as medidas corretivas e repressoras que por muito tempo fizeram parte de um sistema de exclusão, as instituições que se dispõem a receber adolescente para cumprir medida em regime fechado tem por obrigação oferecer serviços de saúde, educação, assistência, cursos profissionalizantes para que o adolescente ocupe seu tempo enquanto está na instituição e aprenda uma profissão, ressalta o ECA que essa medida só será aplicada quando esgotadas todas as formas de responsabilização.

Há muitas críticas sobre as CASES, unidades lotadas que não seguem o que está prevista no SINASE, a prática do castigo, impressões que construí durante o estágio onde pude acompanhar alguns adolescentes, e a exposição da mídia reproduz, mas como ponto positivo alguns adolescente concluíram cursos profissionalizantes dentro da instituição.

A medida de liberdade assistida LA já fazia parte do código de 1927 mas denominada como liberdade vigiada, o próprio nome remete a vigiar a criança e não acompanhar a vida social(escola, trabalho e família)como é a atual proposta da LA, em 1979 com a aprovação do código de menores a palavra vigiada substituída por assistida, esta foi a única mudança, a criança que cometia o ato infracional era taxada como irregular e delinquente, não se analisando em qual contexto social ela estava inserida, não no intuito de justificar o ato, mas de se avaliar quais são as ausência no ambiente em que esse adolescente estava inserido, a medida de PSC foi incluída no ECA colocando o adolescente através da prestação de serviço à comunidade a ter um convívio comunitário, oportunizando uma experiência de compromisso social e o responsabilizando pelo seu ato.

As medidas socioeducativas ganharam novas roupagens com o ECA, que como os outros códigos também impõem a medida de privação de liberdade, sendo aplicada somente quando se encerradas todas as possibilidades de responsabilização por outros meios, a privação nesta medida deve ser somente do direito de ir e vir e não dos direitos constitucionais.

A doutrina da proteção integral como determina a lei necessita de articulação para ser posta em prática, a não articulação em rede tem sido um grande problema, bem como a negação de serviços

como saúde, educação e profissionalização, a sociedade carrega a visão do adolescente como trombadinha e infrator não dando-lhes oportunidades de rescrever a sua história.

Como aponta os profissionais entrevistados os desafios para o cumprimento das medidas socioeducativas são a falta de incentivo por parte da sociedade, do comércio e da indústria no sentido de dar oportunidade aos adolescentes, oferecendo trabalho aos que já completaram dezoito anos, bem como contratação de menores aprendizes, a dificuldade de inclusão do adolescente no mundo do trabalho e por parte da sociedade o acolhimento, a violência seja ela no seio da família ou comunidade como já foi posto a ausência da família, o falta de articulação do PJ opinião posta por mim com base a observação no período de estágio, o PJ cobra constantemente da equipe profissional, porém quando a situação é inversa demora muito pra dar uma resposta, ocasionando num acumulação de trabalho, outro ponto que ressalto é o vínculo de trabalho dos profissionais, os profissionais são contratados e a cada mudança de gestão se constitui uma nova equipe, com isso rompesse o vínculo criado com o adolescente .

A aplicação da medida envolve uma participação coletiva, porém isso não vem acontecendo, a sociedade não acredita na ressocialização do adolescente bem como do adulto, analisemos um adolescente que cumpriu medida em regime fechado, ficando seis meses afastado da sociedade, ao sair não encontra apoio na família, na escola e não consegue meios de se manter, esse adolescente negro, pobre e residindo em um local onde só os moradores podem cessar, devido à violência qual será o seu destino.

Não posso afirmar que ele irá voltar a cometer os atos infracionais, mas sem um acompanhamento, sem a possibilidade de se inserir no mercado de trabalho, sem acessar serviços básicos de saúde, educação e assistência qual será o seu futuro, é necessário que o estado através da rede sócio assistencial promova ações que possam acolher o adolescente e sua família, bem como que garantam o acesso a serviços e benefícios.

O que se necessita são políticas de atendimentos efetivas aos adolescentes, e suas famílias, nos atendimentos que pude presenciar enquanto estava no estágio percebi que o adolescente não era a única demanda dentro de sua família, havia outras demandas como violências domésticas e negligências, as mais diversas expressões da questão social no seio da família que só foram desvelados após a chegada do adolescente na instituição, o adolescente não é o único acompanhado pela equipe, neste sentido ressalto o trabalho do assistente social e propondo intervenção afim de superar essa violência no seio da família, não podemos somente culpabilizar a família por não poder

acompanhar o adolescente nos atendimentos, muitas das mães são chefes de família e trabalharam fora.

Contudo vejo o trabalho da equipe técnica do CREAS como um trabalho engajado na proteção social a criança, adolescente, idoso e sua família, trabalhando no enfrentamento das situações de vulnerabilidade que cercam nossa sociedade, o assistente social necessita utilizar-se de seu aparato teórico metodológico em função de desenvolver ações que possam minimizar as expressões da questão social na vida do demandatários.

O município tem desenvolvido políticas para atender crianças e adolescentes, bem como tem órgãos de defesa como: conselho tutelar, CRAS, CREAS, CMDCA, delegacia, MP e disque denúncia, vejo como necessário criar a cultura da proteção.

No que se refere ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, o município tem engajado ações de acompanhamento como o próprio CREAS e o PJ órgão que deve dar suporte a equipe do CREAS no atendimento aos adolescentes, porém vejo necessário a elaboração de um Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, propondo metas e apontando os desafios a âmbito municipal como intuito de supera-los.

Concluo que o adolescente em situação de ato infracional é fruto desta sociedade capitalista de desigualdade, onde carregam consigo as mais diversas expressões da questão social, sendo necessária a participação do estado propondo ações para sua inclusão social, bem como o acesso a serviços, a família como meio importante de construção e socialização e a sociedade diferenciando impunidade de imputabilidade, as legislações que regem a criança e adolescente foram criadas para promover a doutrina da proteção integral, sendo necessário desenvolver a cultura da proteção à criança e adolescente.

“Tratar as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, não lhes negar a humanidade e a dignidade, constituir com eles uma perspectiva de futuro, eis o único caminho, se queremos a paz social.” (Arantes, 2004, p.164)

Deixo aqui minha indignação e também meu sentimento de impotência, trabalhem na ressocialização do adolescente dando as eles condições de superar a situação a qual se encontrar, para não repetir o que aconteceu como adolescente 12, da tabela 1 que se encontra neste trabalho, o adolescente foi vítima de homicídio, sem ter chances de escolher seu caminho, não sei o fato teve ligação com o ato infracional cometido no passado ou se o homicídio tem ligação com sua opção sexual, enfim trabalhem juntos sociedade, estado e família no processo de inclusão do adolescente na sociedade, para que eles transformem sua realidade e se tornem protagonista de sua história.

REFERÊNCIAS

ALENCAR JUNIOR, Osmar Gomes; SALVADOR, Evilásio da Silva. **Finanças, fundo público e financiamento da Seguridade Social no Brasil**. Rev. katálysis, Florianópolis, vol. 18, n. 2, p. 239-248, Dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802015000200239&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 18 de Jan de 2017.

AMARAL, Adriana; NATAL, Georgia; VIANA, Lucina, **NETNOGRAFIA COMO APORTE METODOLÓGICO DA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO DIGITAL**, Porto Alegre n 35 o 20 dezembro 2008 Famecos/PUCRS

AMADOR, Josy Ramos de Oliveira. **O Exercício profissional do Serviço Social no capitalismo contemporâneo: desafios e possibilidades para a efetivação do Projeto Ético-Político**. O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26 – 2011 Disponível: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/18_OSQ_25_26_Amador.pdf> Acesso em:04 de Fev de 2017.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de, “**Questão social” e Serviço Social.in: _____ Serviço Social no Brasil: Histórias de resistência e de ruptura como conservadorismo**/Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). p.77-95. São Paulo:Cortez,2016.

ARANTES, Esther Maria de Magalhaes. **De “criança infeliz” a “menor irregular” - vicissitudes na arte de governar a infância**, 2004. p.162-164. Disponível em: <http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/34/pdf_20> Acesso em: 14 de Nov. de 2016.

BAHIA. **Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo**. Disponível em: <<http://www.fundac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Plano-de-Atendimento-Socioeducativo-BA-Vers%C3%A3o-10-a-19.08.2015.pdf>> Acesso em:14 Dez.2016

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. – 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no Brasil In: _____ **Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais**. -Brasília: CFESS/ABEPSS,2009. Unid. III, p.324-337.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada em 2008.

_____. **Dados da população de Cachoeira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=290490>> Acesso em 23.Jan. 2017

_____. Decreto N°17.943-A de 12 de Outubro de 1927.**Consolida as leis e assistência e proteção a menores**. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm > Acesso em :13 de Set. de 2016.

_____. Decreto Nº 99710, de novembro de 1990. **Promulga a Convenção Sobre os Direitos da Criança. Disponível em: Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em 21 de dez 2016

_____. Ministério do Desenvolvimento social e combate à pobreza, Orientações Técnicas **Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS-Brasília-2011**

_____. Lei Nº 6.697, de 10 de Outubro de 1979. **Institui o Código de menores.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm> Acesso em: 13 de Set. de 2016.

_____. Lei nº12.59, **institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo de 18 de Janeiro de 2012** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm > Acesso em: 20 de Out de 2016.

_____. **Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. **Lei nº12.852, de 5 de Agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema da juventude.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).** Brasília: MDS, 1993.

_____. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB/SUAS,** Secretaria Nacional de Assistência S nº 109, de 11 de novembro de 2009, publicada no DOU em 25 de novembro de 2009. Brasília.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** 2009

_____. **Pesquisa sobre a população de Cachoeira.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=290490>> Acesso em: 13 de Jan. de 2017.

_____. **Pesquisa sobre a história de Cidade** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/112> > Acesso em: 13 de Jan. 2017.

_____. **Política Nacional de Assistência Social.** Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília: MDS, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento.** In: Políticas Sociais-acompanhamento e análise. nº11, 2005, p. 171-177. Disponível em: <http://www.ipeagov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENSAIO1_Vicente11.pdl> Acesso em: 14 de Nov de 2016.

FARINELLI, Carmen Cecilia; PIERINI, Alexandre José. **O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica.** In: Revista o Social em

questão. Infância e Juventude: processos de vulnerabilização e estratégias de resistência. Ano 19, n. 35 - 1/2016 Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=453&sid=49>> Acesso em: 14 de Nov de 2016.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. **Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção.** Disponível em:<<http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/html/v7n1a13.htm>>Acesso em 19 de Out de 2016.

FUZIWARA, Aurea Satomi. **Lutas Sociais e Direitos Humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação. Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, n. 115, p. 527-543, set. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 Jun de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2010

GOMES, Edson. Lute Disponível em: < <https://www.lettras.mus.br/edson-gomes/1412285/> >Acesso em:15 de Fev. de 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO.** In: Revista Temporalis, Ano 2, n 3 p. 9-32, Brasília, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; Carvalho, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórica- Metodológica.** 26. ed. São Paulo: Cortez, Celats, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na cena contemporânea.** In: _____ Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.Unid.I, p.15 -50.

KLEIN, Lígia Regina(Org). **A LUTA PELAS LEIS FABRIS DO SÉCULO XIX E A DEFINIÇÃO DAS IDADES DO TRABALHO: um estudo sobre a constituição das noções de infância e adolescência.**in: _____ Leituras sobre o capitalismo no contexto de crise- p.185-202, Curitiba, 2011.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. **O UNICEF NO BRASIL E AS PRÁTICAS VIZINHAS NA ATUALIDADE. Psicol. Soc.,** Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 55-64, abr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822016000100055&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 Jun de 2016.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. Revista USP (Dossiê Direitos Humanos no Limiar do Século XXI): 37: Mar- Abr.- Mai: 1998: 46 - 57 Tese: Instrumentos Internacionais e Nacionais de Defesa e Proteção dos Direitos da Criança. Disponível em:** <<http://direitoshumanos.usp.br/index.php/Obras-recentemente-publicadas/a-lenta-construcao-dos-direitos-da-crianca-brasileira-seculo-xx-1998.html>. Acesso em: 25 de Maio de 2016.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MIOTO, Regina Célia. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social.** p 163-176. Londrina.2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

NETTO, Jose Paul. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil* pos-6413. Ed –São Paulo: Cortez 2005.

NETTO, José Paulo. **CINCO NOTAS A PROPOSITO DA “QUESTÃO SOCIAL”** In: _____ Revista Temporalis, Ano 2, n 3 p. 41-50, Brasília, 2001.

OLIVEIRA e SILVA, Maria Liduína. **Adultização da Infância: o cotidiano das crianças trabalhadoras no mercado Ver- o –peso**, em Belém do Para. In: _____ Serviço Social & Sociedade, Ano XXIII, n°69, p. 151-173, Março 2002.

PIMENTEL, Marcela Carnaúba. **RELAÇÃO ENTRE “QUESTÃO SOCIAL” E ALIENAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA**. 2009, p.1-10. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/3_desigualdade-pobreza/relacao-entre-questao-social-e-alienacao-na-sociedade-capitalista.pdf> Acesso em: 05 de Fev. de 2017.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. **Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos**. Educ. rev., Curitiba, n. 15, p. 1-9, dez. 1999 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601999000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 11 Jun. 2016.

RIZZINI, Irene; IRMA RIZZINI. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola p. 30-41, 2004.

ROBERTI JUNIOR, João Paulo. **Evolução Jurídica do direito da Criança e do Adolescente no Brasil**, disponível em: www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo025.pdf acesso em: 24 de Dez 2016.

RODRIGUES, Maria Aurenice Mendes Frazão; LIMA, Antônia Jesuíta. **Infância, pobreza, e trabalho infantil**. In: Serviço Social & Sociedade, Ano XXVII, n°90, p.58-81, Junho 2007.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Unid.II, p.185-200.

VOLPI, Mario, (org.). **O Adolescente e o ato infracional**. 10. ed. Cortez, São Paulo 2015.

VOLPI, Mario (org), SARAIVA, João Batista; JUNIOR, Roff Koerner. **Adolescentes privados de liberdade: A normativa Nacional e Internacional & Reflexões sobre a responsabilização penal dos adolescentes**, São Paulo: Cortez 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teóricos-metodológico do Serviço Social.** In:_____ Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.Unid.II, p.143-164.

_____. **O significado sócio - histórico da profissão.** In: **Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais.** -Brasília: CFESS/ABEPSS,2009. Unid. , p.125-142.

YAZBEK, Maria Carmelita. **POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL:EXPRESSOES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL.** In:_____ Revista Temporalis, Ano 2, n 3 p. 33-40, Brasília, 2001.

APÊNDICE

Dados do pesquisador:

Nome: **Odalissa Cristina de Almeida**

Graduanda do 8º Semestre do Curso de Serviço Social

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Centro de Artes, Humanidades e Letras-CAHL

De delinquente, irregular e infrator à cidadão de direitos: trajetória legal dos direitos da criança e adolescente no Brasil.

Entrevista

Nome(**opcional**): _____

Sexo: () masculino () feminino

Profissão: _____

Tempo de atuação no equipamento: _____

Área de atuação atual e que já atuou: _____

Vínculo Trabalhista: _____

Possui alguma especialização? () Sim () Não. Se sim quais?

Entrevista

1. Você conhece a trajetória da construção dos direitos da criança e adolescente no Brasil? () Sim () Não.

1.2- Se sim, fale um pouco sobre isso.

2. Você participa ou participou de projetos com crianças e adolescente, na graduação, na comunidade e outros? () Sim () Não.

2.1 -Se sim quais?

3. O que você pensa sobre a temática criança e adolescente e afirmação de direitos?

4Qual a sua opinião sobre as legislações internacionais e nacionais que regem a proteção a criança e adolescente, elas se efetivam?

5-O ECA tem 26 anos de existência, e em sua opinião ele é eficaz ou precisa ser revisado?

6-Na sua opinião, qual o papel do Estado, da Família e da sociedade para a concretização do ECA?

7-Qual a sua opinião sobre o que atualmente a mídia vem divulgando sobre criança e adolescente estando em situação de ato infracional?

8-Quais os desafios encontrados por você na aplicação da medida de Liberdade Assistida que é executada no CREAS –Raimunda Simões de Oliveira?

9-Como as políticas públicas do município, poderiam trabalhar em rede para atender de maneira eficaz os adolescentes que cumprem a medida de Liberdade Assistida no CREAS- Raimunda Simões de Oliveira?

10-Você considera o trabalho da equipe do CREAS multidisciplinar ou interdisciplinar? Fale sua experiência.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO

TÍTULO DA PESQUISA: De delinquente, irregular e infrator à cidadão de direitos: trajetória legal dos direito à criança e do adolescente no Brasil.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB-Coordenação de Serviço Social.

Eu _____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa como o título acima citado que tem como objetivo principal apresentar um estudo sobre a construção dos direitos à criança e adolescente no Brasil.

A minha participação será registrada através da aplicação de um questionário. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Cachoeira, ____/____/20____.

Participante - Assinatura: _____

Nome completo: _____

Pesquisador - Assinatura: _____

Nome completo: _____